

## 2

### A história da Bíblia como história do livro

Não foi uma única pessoa que escreveu a Bíblia. Muita gente deu a sua contribuição: homens e mulheres, jovens e velhos, pais e mães de família, agricultores e operários de várias profissões, gente instruída que sabia ler e escrever e gente simples que só sabia contar histórias [...].

Carlos Mesters

A história da Bíblia tem muitos começos e é difícil afirmar que tenha algum final. Ela se confunde com a história de duas grandes religiões e, muitas vezes, as define. Chamadas por alguns de “Religiões do Livro”<sup>10</sup> (BARRERA, 1995, p.156), o Judaísmo e o Cristianismo (e também o Islamismo) mantêm na Bíblia a essência de sua existência. A influência dessas religiões na formação da cultura ocidental ilustra a relevância que esse objeto terá para a sociedade que dela participa.

Contar a história da Bíblia é também, sob muitos aspectos, contar a história do livro no ocidente. É certo que suas origens mais remotas remetem a outras diversas fontes que, distante das duas religiões, estejam muitas vezes relacionadas ao uso além do sagrado. Mas ainda assim, por sua ancestralidade, a Bíblia testemunhou várias transformações de suporte, formato e técnicas pelas quais passou o livro.

Falar de sua presença no suporte digital é, do mesmo modo, falar de como ela ainda é presença viva em toda essa história, que começa no momento em que o primeiro homem escolheu registrar por escrito as “Palavras do Senhor”.

Este capítulo pretende demonstrar como o livro sagrado, através de suas remotas origens, participou ativamente se não na criação, ao menos na afirmação e uso dos resultados de algumas dessas transformações, culminando com sua entrada nos suportes digitais dos computadores pessoais.

---

<sup>10</sup> O texto do Catecismo da Igreja Católica (CATECISMO, 1993) faz menção ao termo “Religião da Palavra” em contradição à “Livro”, uma vez que aquela possui conotação mais dinâmica, viva. Ainda assim, historiadores e mesmo teólogos relacionam as três religiões abrahâmicas como religiões do livro.

## 2.1. Um Livro de muitos livros

Pires (2006), em seu trabalho, defende a complexidade na noção do que seja a idéia de livro e que sua definição deve estar muito além da simples relação ao formato de encadernação em códice. Do mesmo modo, a noção de Bíblia, tal qual se compreende atualmente – que se restringe a um códice de capa preta e bordas douradas, cujo conteúdo apresenta uma série de histórias, poesias, leis e ensinamentos fechados e completos –, é bastante recente e, acima de tudo, ilusória.

A definição de Bíblia, culturalmente aceita pelo Cristianismo, é a de um conjunto de livros adotados como canônicos<sup>11</sup> (oficiais) pelo Cristianismo e usados como fundamento para sua prática doutrinária e confissões de fé. A arbitrariedade dessa definição, apesar de resolver questões práticas em seu uso entre as comunidades cristãs, deixa de lado uma série de aspectos, muitos dos quais serão essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

O primeiro parte do fato de não poder se afirmar que o processo de canonização esteja totalmente fechado e que não possa mais haver nenhum outro. O segundo aspecto reside na questão de a formação deste livro ter acontecido de forma gradual, lenta e, na maioria das vezes, contraditória. Um exemplo desse último aspecto está na divergência entre a noção de cânon adotada pelas várias vertentes do Cristianismo, dos quais duas possuem presença significativa no ocidente, a saber: o catolicismo e o protestantismo. Isso faz com que, no Brasil, quando se fala em Bíblia Sagrada, deve-se perguntar, no mínimo, se é da versão católica ou protestante a que se refere<sup>12</sup>.

Alguns dos mais marcantes testemunhos sobre a origem da Bíblia encontram-se nela mesma. São inúmeras as auto-referências aos seus textos que muitas vezes ganham nomes diversos. Assim, é da Bíblia que se está falando quando aparecem em seus textos os termos “Palavra”, “Escrituras” ou “Livro”, porém, nesses casos, os nomes não se referem à coleção atual em formato códice, mas sim a segmentos já tidos como sagrados em sua época antes de seu agrupamento na coleção conhecida hoje.

Inicialmente, a palavra bíblia em grego designava qualquer livro. Ela surgiu oficialmente como designação dos livros sagrados em um momento tardio, ainda que sua origem seja mais antiga:

---

<sup>11</sup> Termo grego que significa “norma” ou “padrão”. Refere-se à lista dos livros que devem ser tidos como fontes de fé e doutrina e, portanto, fazer parte da Bíblia oficial.

<sup>12</sup> É possível falar ainda em Bíblia judaica, cujo conteúdo é próximo ao do Antigo Testamento protestante. Mas essa definição não foi apresentada por não ser o judaísmo objeto central desta pesquisa e porque, em sua prática, os judeus possuem uma forma diferente de tratamento em relação a essa coleção.

Os cristãos utilizaram desde o início o termo grego plural *tà biblía* [βιβλία] e o derivado em latim *biblia* para designar as escrituras hebraicas transformadas na Bíblia cristã pelo acréscimo de livros que compõem o NT [Novo Testamento]. (BARRERA, 1995)

Por essa afirmação, percebe-se que a Bíblia não se restringe a um único livro, mas ao conjunto de livros tidos pelas comunidades religiosas como sendo a mensagem de Deus para os povos. Seu processo histórico mostra o quanto seu desenvolvimento foi confuso, variado e, não raro, causa e consequência de disputas religiosas acaloradas.

O embrião do conceito atual de Bíblia (livros organizados, selecionados e agrupados) surgiu no momento em que as comunidades judaicas sentiram a necessidade de organizar uma lista que contivesse os livros considerados aptos para a prática e o ensinamento religioso do povo judeu e para resguardar a fé das influências de correntes de outras tradições.

Não deixa de ser verdade que, da mesma forma que o Cristianismo rechaçou os livros de Mari ou os de Prisciliano, o judaísmo farisaico obrigou-se também a estabelecer uma lista de livros que servisse de referência à própria identidade judaica, frente às tendências de grupos judeus que reconheciam autoridade canônica em novos livros[...] (BARRERA, 1995, p.180)

As primeiras sementes da organização dos livros foram lançadas antes do Exílio Babilônico (587 a 539 a.C) e retomadas com ênfase no fim do período persa e início do período helenístico judeu (em torno do século VII a.C.).

A descoberta do livro da Lei no Templo em Jerusalém no décimo oitavo ano do reinado de Josias (621 a.C.) conduziu a um movimento decisivo na emergência do Cânon. (ANDERSON, 1970, p.120, tradução nossa)

Porém, essa canonização<sup>13</sup> foi um processo longo e tortuoso que só findaria em torno do século III d.C. É importante esclarecer que o que se conhece como Bíblia judaica (Tanak<sup>14</sup>) trata-se do que os cristãos chamam de Antigo Testamento<sup>15</sup> e é formado por uma série de livros divididos

<sup>13</sup> Alguns autores preferem, neste caso, não adotar o termo “canonização”, uma vez que essa noção surge após a fixação dos livros da Bíblia cristã alguns séculos depois (ANDERSON, 1970). De fato, os judeus usavam a expressão “que mancham as mãos”, numa referência ao contado impuro do corpo com os textos sagrados (McDONALD, 1995, p.77). Aqui o sentido do uso do termo é generalizar a idéia de oficialização dos livros tidos como fonte de doutrina na comunidade de fé.

<sup>14</sup> Anagrama das iniciais dos três conjuntos de livros (Torah, Nebiim, Ketubim).

<sup>15</sup> Ou antiga aliança, numa oposição da aliança feita entre Deus e Moisés no Monte Sinai (Ex 19, 4-6) e a nova aliança feita por Jesus Cristo na noite da Santa Ceia (Mt 26, 28).

em três grandes grupos: o Pentateuco (hat-Tōrah ou Livros da Lei), Profetas (Nebi'im) e Escritos (wa-Kéthubim).

Canonizada pela última vez em torno do ano 200 d.C. pelos judeus, sua lista conta com 24 livros agrupados nas três partes supra citadas. Ainda que esse conjunto de livros seja adotado também entre os cristãos, sua divisão não acontece da mesma maneira em todas as suas ramificações. De fato, os 24 livros judaicos foram transformados em 39 pelo Cristianismo através da divisão de alguns livros comuns da coleção anterior.

A primeira normalização ou canonização dos livros que viriam a compor a Bíblia Sagrada no Cristianismo se deu no momento da oficialização dessa religião no período do reinado de Constantino, no século IV d.C. Foi quando aos 39 livros do Antigo Testamento (24 da Tanak) juntaram-se outros 27 que compunham o chamado Novo Testamento, escritos depois de Cristo e que tomam por base sua vida e ensinamentos. A Igreja adotou ainda sete livros a mais, que constavam de um cânon anterior da Bíblia judaica e que era provavelmente usado no período de Jesus Cristo e dos primeiros cristãos (McDONALD, 1995, p.127-133).

Essa composição de 73 livros sobreviveu durante mil anos, até que, depois de muitas controvérsias, os movimentos resultantes da Reforma Protestante, no século XVI, determinaram para si o uso do cânon hebreu clássico (Tanak), excluídos os sete livros do primeiro cânon (conhecidos até então como deutero-canônicos<sup>16</sup>, passaram a ser denominados “apócrifos”<sup>17</sup> pelos protestantes), em ordem e divisão diferenciada, mais os 27 livros do Novo Testamento, configurando um total de 66 livros. Na verdade, os primeiros reformadores não chegaram a abolir totalmente os deutero-canônicos, deixando-os como um anexo e recomendando sua leitura<sup>18</sup>. O que lhes foi retirado foi o status de livros sagrados, ficando somente reconhecidos como livros recomendados para o ensino e leitura. Mais tarde esses livros foram

---

<sup>16</sup> *Deuterios* “segundo” + *kanon* “norma”: livros gregos adotados como canônicos pelo catolicismo romano. É importante destacar que, ainda que menos agressivo que sua outra tradução, esse também não é um termo amplamente usado hoje entre os católicos, uma vez que para eles os sete livros são tão canônicos quanto os demais.

<sup>17</sup> Do grego *apokryphos* ou escondido. Tomado como sinônimo de não-canônico por São Jerônimo, foi também adotado dessa forma pelos protestantes. Por tratar-se de um termo um reconhecidamente pejorativo não será usado nesse trabalho, exceto quando representar a fala protestante. A Igreja Católica Romana reconhece, entretanto, como apócrifos aqueles livros que não fazem parte do seu cânon, como o Evangelho de Tiago ou o recém-descoberto Evangelho de Judas.

<sup>18</sup> “Nós distinguimos esses livros sagrados dos apócrifos [...]. Toda a Igreja pode ler e tomar como instrumentos de instrução, uma vez que eles [deutero-canônicos] concordam com os canônicos; mas estão distantes de ter tal poder e eficácia para que possamos confirmar por seu testemunho qualquer trecho de fé da religião Cristã, muito menos questionar a autoridade dos outros livros sagrados.” (BRÉS, 2004, 320-321, tradução nossa)

totalmente excluídos da Bíblia e atualmente, dentre os segmentos protestantes no Brasil, somente a Igreja Episcopal Anglicana permanece com o uso dos livros deuterocanônicos, observando o conselho dos primeiros reformadores.

Em relação a essa atitude de exclusão dos protestantes, os católicos romanos, no Concílio de Trento (1545-1563), reafirmaram, em definitivo, a canonicidade dos 73 livros bíblicos não só por seu valor sacramental, mas por encontrar neles sustento de dogmas que os diferenciava substancialmente da nova doutrina (como o dogma da intercessão pelos mortos, sustentado bíblicamente em *II Mc* 12, 44-45<sup>19</sup>). Essa é a principal diferença que até hoje existe entre a Bíblia usada nos meios Romano e Protestante.

É importante ainda ressaltar que a tradição de dividir a Bíblia em grandes grupos de livros não se restringiu aos escritos judaicos (WISEMAN, 1970). Entretanto, ao contrário das discussões sobre a composição do Antigo Testamento, as decisões acerca da segunda parte da Bíblia foram mais consensuais entre protestantes e católicos (ainda que algumas discussões tenham surgido no início, atualmente ambas as doutrinas adotam a mesma lista de livros). Assim, o Novo Testamento também possui uma divisão própria, onde os quatro primeiros livros, tidos como os mais importantes (num paralelo claro ao Pentateuco judaico, que algumas vezes também é chamado de Tetrateuco, excluindo-se o livro de Deuterônimo) são chamados de Evangelhos<sup>20</sup>.

O outro grupo constitui-se das epístolas ou cartas escritas pelos apóstolos (do grego “enviados”), que por sua vez são subdivididas em Epístolas Paulinas e Epístolas Católicas (ou Gerais, para alguns protestantes). A terceira parte é formada pelos textos apocalípticos que abrangem somente o livro de Apocalipse (ou Revelações de São João). Não chega a ser difícil relacionar essa tríplice divisão com aquela dos escritos judeus. Marcião, um dos primeiros padres cristãos, chegou a fazer a comparação (na verdade uma antítese<sup>21</sup>) relacionando os Evangelhos em oposição à Torá, e as Epístolas aos Profetas (McDONALD, 1995). Ainda que sua divisão seja fundamentada na exclusão de diversos livros e trechos adotados canonicamente pela Igreja, sua herança ainda é viva nessas divisões descritas acima.

<sup>19</sup> O trecho no Segundo Livro dos Macabeus diz: “De fato, se ele não esperasse que os que haviam sucumbido irão ressuscitar, seria supérfluo e tolo rezar pelos mortos. Mas, se considerava que uma belíssima recompensa estaria reservada para os que adormecem na piedade, então seria santo e piedoso o seu modo de pensar. Eis por que ele mandou oferecer esse sacrifício expiatório pelos que haviam morrido, a fim de que fossem absolvidos do seu pecado”. (BÍBLIA, 1985, 866-867)

<sup>20</sup> Do grego *euaggelion* (εὐ "boa" + ἀγγελιον "mensagem"). Em inglês esse grupo foi chamado de *gospels*, do anglo-saxônico *god* (bom ou Deus) + *spell* (contar).

<sup>21</sup> Sua intenção era excluir toda a relação entre o Cristianismo e a religião judaica. Sua Bíblia, além de excluir todos os livros e passagens que fizessem essa relação, também não admitia a presença do AT pela sua total influência da antiga religião.

Embora seja mais significativa, a diferença entre a Bíblia católica e protestante não se restringe à lista de livros normalizados. Mesmo tendo-se adotado a canonicidade dos livros que compoariam a Bíblia Sagrada, seu conteúdo textual não chegou a ser integralmente fixado por ambas as tradições. Assim, diversas revisões e traduções proporcionaram uma expressiva variedade em termos de conteúdo e significado das mensagens do livro. Algumas vezes não somente uma palavra foi traduzida de forma diferente, mas trechos inteiros foram transpostos, omitidos ou acrescentados.

Essa diversidade não chega a ser exclusividade da Bíblia, são vários os críticos que destacam as deformações textuais das diversas edições de *Dom Quixote* (WAGS-CHAL, 2001) e alguns livros sagrados<sup>22</sup>. O que é significativo, no caso em estudo, é o fato de tratar-se de um livro sagrado que sustenta o dogma de ser um “livro inspirado”, no qual o próprio Deus teria ditado as palavras a seus escritores. A interpretação de seus textos tem sido, muitas vezes, pivô de debates em torno de dogmas e doutrinas que direcionam o pensamento nas diferentes linhas da Igreja Cristã.

As várias traduções e versões, apesar de determinarem pluralidade nos textos bíblicos, não acontecem sem que estejam relacionadas a uma determinada doutrina a ser defendida. Assim, ainda que leituras fundamentalistas façam uso da interpretação literal de algumas passagens, é de senso comum a noção de que se tratam de releituras dos textos originais e que as interpretações possuem raízes nos dogmas que cada doutrina professa. A infalibilidade<sup>23</sup> da Bíblia se dá, portanto, mais pelo sentido da mensagem que o texto representa para aquela comunidade específica do que para todas as variações bíblicas existentes. É importante ressaltar ainda que, por mais cuidadosos que fossem os tradutores e copistas, é relativamente recente a idéia do uso do método científico, que busca o sentido original do texto a partir de sua literalidade mais antiga. Assim, é natural entender que algumas “perdas” tenham acontecido em relação aos textos originais.

Relevante é o fato de que a diversidade nas traduções e versões ocasionou, algumas vezes, interferências significativas na construção de seu projeto gráfico em função do uso do espaço físico da página. Um exemplo da interferência nesse aspecto está nas bíblias políglotas, como será visto mais adiante, que em função da necessidade de compa-

---

<sup>22</sup> Mesmo o Corão, livro sagrado do Islã, que preserva uma única tradução canônica e sustenta sua doutrina na leitura original em árabe, não esteve totalmente livre de reinterpretações conseqüentes da renovação da língua escrita. (ROGERSON, 2003, p.202.)

<sup>23</sup> Dogma cristão que determina que em nenhuma parte da escritura podem ser encontrados erros de qualquer natureza: “O parâmetro para interpretação da Escritura é a Escritura somente”. (*Infallibilis Scripturam interpretandi regula est Scriptura ipsa*). (WESTMINSTER..., 2004, p.497. tradução nossa)

rar a atual tradução com as versões “originais”<sup>24</sup> chegaram a incentivar a criação de páginas com textos em até cinco idiomas diferentes, um desafio para os projetistas.

Outras ramificações do Cristianismo também adotaram cânones próprios, como a Igreja Ortodoxa e a Igreja Etíope (ROGERSON, 2003). Essas, no entanto, não foram incluídas no escopo dessa pesquisa em função de sua pouca representatividade no nosso universo de estudo.

Ao contrário do que parece, a idéia de agrupamento e ordenação dos livros sagrados se deu não somente em função dos aspectos técnicos de produção gráfica, mas também por influência das diversas canonizações. As primeiras dessas organizações se deram em um período em que os livros ainda eram escritos em formato de rolos. Muitos deles jaziam divididos em várias unidades, enquanto outros eram agrupados num único *volumen*<sup>25</sup>. Desse modo, o uso da canonização como instrumento de identidade e os aprimoramentos técnicos da imprensa foram, juntos, importantes fatores na construção da Bíblia no seu formato atual.

Do ponto de vista da composição visual gráfica, as variedades referentes às interpretações e canonicidades interferem diretamente na forma de sua composição, uma vez que a quantidade de texto para uma determinada passagem bíblica pode variar substancialmente entre as versões bíblicas, do mesmo modo que aspectos doutrinários relevantes precisam ser destacados para sustentar os argumentos teológicos da comunidade cristã.

Ao fim dos argumentos há uma importante questão a ser levantada em relação ao que é chamado de Bíblia neste trabalho. Como visto, o Livro como um todo é uma produção relativamente recente e controversa. Do mesmo modo, como é visto adiante, muitos textos bíblicos já eram considerados sagrados antes de seu agrupamento e normalização. Alguns deles não passavam de pequenas narrativas, cânticos ou leis. Por essa última razão, todas as Escrituras, integralmente ou não, independente de sua canonicidade por uma ou outra denominação, são aqui tratadas por “Bíblia Sagrada” e seus sinônimos.

Será visto ainda como a noção fragmentada de Bíblia Sagrada afeta sensivelmente a idéia de totalidade aristotélica e se torna uma peça chave na relação entre o suporte impresso e digital das Escrituras.

---

<sup>24</sup> Diz-se por originais os **idiomas** nas quais teriam sido escritas as diversas partes da Bíblia: o hebraico, o aramaico e o grego. Essa designação não se compromete, entretanto, com os **textos** originais, visto que esses, como já dito, se perderam no tempo.

<sup>25</sup> Termo latino pelo qual também é conhecido esse formato.

## 2.2. O berço da “Palavra”

A história da Bíblia começou muito antes do estabelecimento de sua forma escrita. De fato, vários textos bíblicos dos quais toma-se conhecimento atualmente foram transmitidos oralmente durante séculos.

Outra série de fatos demonstra que parte da literatura bíblica tem uma pré-história [sic] oral. A tarefa básica dos profetas é a proclamação: como se diz no mandato divino ou segundo a descrição do “evangelista” ou arauto em Isaías, cap.40: “Alteia fortemente a voz”. (SCHÖKEL, 1992, p.92)

A importância da oralidade é manifesta na forma como as culturas antigas tratavam essa forma de transmissão de idéias:

Nas religiões dessas culturas [pré-literárias], porém também nas grandes religiões, a palavra possui uma força especial capaz de evocar e tornar presente o acontecimento primordial da criação e os diversos marcos da história da salvação. A relação entre o dizer e o fazer (“disse e foi feito”, *Gn 1*), conforme a estrutura literária e teológica da Bíblia (imperativo-indicativo e promessa-cumprimento). (BARRERA, 1995, p.126)

A força da palavra falada aparece em várias outras partes do Antigo Testamento como na passagem em que é dada ao homem a tarefa de “nomear” todos os animais (*Gn 2,20*). Para Ong (1998, p.43), essa atitude expressa uma característica marcante dos povos de tradição oral: “Os povos orais comumente pensam que os nomes (um gênero de palavras) são capazes de transmitir poder para outras coisas”. É possível afirmar que a transmissão oral não abordava somente pequenos cantos ou provérbios, mas toda uma cultura oral:

Já antes de Moisés, os “filhos de Israel”, nas estepes da Síria e da Palestina, e os “hebreus”, no Egito, tinham seus textos não-escritos: fórmulas rituais para expressar sua relação com a divindade, mitos ou narrações para estruturar o universo cultural e cultural, sagas, lendas, poesias etc. (KONINGS, 1998)

Algumas características da oralidade eram sobretudo valorizadas pela antiga cultura hebraica que, mesmo tendo passado a escrever seus textos, os povos não deixaram essa prática completamente de lado.

Mas quase todo o Antigo Testamento, sejam as histórias do Tetrateuco, os Salmos ou proclamações proféticas, foi transmitido oralmente por um longo período antes de ser escrito; ele somente era escrito com a intenção de repetirem-se as palavras em voz alta em uma próxima ocasião, seja para um grupo de discípulos dos profetas, ou no Templo de Jerusalém (*Jr 36,6*) ou mais tarde na sinagoga. (KONIG, 1969, p.81, tradução nossa)



De fato, não era característica exclusiva dos hebreus o cuidado na fixação escrita das mensagens divinas. A passagem dos textos orais para suportes escritos enfrentou em diversas culturas certa rejeição. Mesmo os gregos, cujo conhecimento é celebrado como fonte importante do pensamento ocidental, tiveram de um de seus mais célebres representantes, Platão, postura reticente quanto à escrita:

O saber mais precioso de que o homem dispõe é aquele que permanece na sua alma, muito ou pouco que seja, da visão das idéias, advinda antes de nascer; nenhum *logos*, nenhuma tradução em palavras pode resultar senão imperfeita e de menos valor em relação a ela. Por isso, se é verdade que Platão contrapõe os *timiótera* aos discursos escritos, a contraposição que está aqui em jogo não é aquela entre doutrinas expostas oralmente e doutrinas expostas por escrito, mas aquela entre o saber da alma e os modos em que se tenta exprimi-lo (entre os quais, como muitas vezes dito, os discursos escritos parecem menos eficazes do que os orais). (TRABATTONI, 2003, p.158,159)

Mais do que um preciosismo em torno da palavra falada como sinal de dinamismo de idéias, algumas tradições religiosas tiveram receio em prender as palavras divinas em letras escritas, já que entendiam aquelas como formas vivas de comunicação da divindade.

No Irã e na Índia, como também nos mundos religiosos grego, latino e celta, via-se com reservas a colocação por escrito da palavra sagrada. Licurgo, Pitágoras e Numa renunciaram ao uso da escritura chegando a proibir que suas palavras fossem postas por escrito. A mesma atitude tiveram os druidas. Todavia, o desenvolvimento dessas religiões fez que também entre elas a escritura acabasse triunfando sobre a palavra oral. (BARRERA, 1995, p.156)

Mesmo assim o povo semita, como os demais, sucumbiu à prática escrita e começou a registrar, desse modo, seus textos sagrados:

De qualquer modo, tanto quanto as referências ao valor da transmissão oral, há também indicações de que a escrita era considerada importante. Além disso, é fato incontestável que o Oriente Antigo, do qual Israel era parte, conhecia a uso da escrita desde o segundo milênio e usou-a em muitas esferas da vida, como a existência de milhares de inscrições e tábuas de argila comprovam. (KOCH, 1969, p.82, tradução nossa)

Mesmo que essa facilidade em aceitar a escrita como forma de transmissão dos textos tenha ocorrido desde muito cedo, a prática de proclamação como representação da palavra viva nunca deixou de ser totalmente usada. O ensino oral da Torá é uma prática até hoje presente entre os membros tradicionais da religião judaica.



Figura 3 . Adão e Eva nomeiam os animais. O caráter mitológico da passagem é evidenciado pela nomeação de um unicórnio por Adão.

Conforme a tradição judaica, a Torá era aprendida diretamente pela tradição oral, com os discípulos sentados aos pés do rabino, e não tanto mediante a leitura de livros e de comentários. As formas tradicionais da piedade religiosa giraram em torno da palavra falada. (BARRERA, 1995, p.126)

O Novo Testamento, parte da Bíblia que se fundamenta da vida de Cristo e seus ensinamentos, também não foi escrito de imediato. Interessante é o fato de que Jesus, o grande motivador desses textos e da nova religião, não teria escrito sequer uma palavra do que pregava<sup>26</sup>. Ao contrário, suas mensagens eram transmitidas oralmente, utilizando-se de refinados recursos de linguagens para atrair seus seguidores às suas mensagens. Mais do que isso, McDonald (1995) e Fox (1998) destacam que, além de não escrever, Cristo não ordenou a qualquer um de seus seguidores a fazê-lo. Segundo esses autores, a prática de transmissão oral tinha ares de maior nobreza ou pureza à palavra, semelhante à idéia platônica.

Herdeira dessa tradição, a Igreja Cristã soube privilegiar o espaço em seus templos tanto para a leitura pública da Palavra de Deus, quanto para as homilias. A Reforma Protestante levou essa prática a seu grau máximo, a ponto de substituir a primazia da celebração eucarística em detrimento da pregação pastoral. E não são incomuns as celebrações protestantes onde a palavra é “ministrada”<sup>27</sup> por horas, intercaladas por cânticos e orações, essas últimas algumas vezes acompanhadas de manifestações de glossolalia<sup>28</sup>, numa representação autêntica do valor da oralidade nesse segmento religioso. Sua arquitetura, por outro lado, também foi afetada a tal ponto que o altar, até então tido como o espaço central da celebração, foi recuado, quando não omitido, e o parlatório ganhou destaque sobre o púlpito (Figura 4).

A escrita traz em si outra questão que afeta profundamente a noção de texto sagrado: nem sempre era direta a relação entre a língua falada e o texto escrito. As línguas originais predominantes na Bíblia escrita são o hebraico e o aramaico para o Antigo Testamento e o grego para o Novo. A primeira restringe-se a pequenas passagens nos livros de Esdras e Daniel, enquanto todo o restante foi escrito no que é conhecido como “hebraico clássico”, que difere tanto na fala quanto na forma escrita do hebraico moderno (BLACK, 1970). Como muitos textos surgiram e foram transmitidos oralmente antes de serem escritos, é provável que seus idiomas originais tenham se transformado significativamente na passagem tardia para os suportes de escrita.

---

<sup>26</sup> Referências a textos atribuídos a Jesus Cristo não constam nos cânones bíblicos e são, no máximo, aceitas por algumas tradições cristãs marginais.

<sup>27</sup> Termo usado entre os protestantes que confere valor sacramental às práticas litúrgicas.

<sup>28</sup> Também conhecido por “fala de línguas estranhas”, é uma forma de manifestação espiritual em que o fiel faz o papel de canal para a expressão oral da divindade à comunidade presente.



Figura 4 . Em muitas igrejas protestantes o centro do espaço sagrado é reservado àquele que traz a mensagem de Deus através da pregação.

No caso do Novo Testamento, um fato interessante é que os próprios autores escreveram os textos na língua internacional da cultura helênica (o grego), ainda que seu idioma falado incluísse outros (o hebraico, o aramaico e o próprio grego). Nesse sentido, por mais precisas que fossem as transcrições das palavras ditas por Jesus nos Evangelhos, elas não poderiam ser tomadas literalmente, pois foram certamente proclamadas oralmente na sua língua natal<sup>29</sup>. São incontáveis as polêmicas surgidas em torno das demais traduções em função desse descompasso. Toda essa tradição oral afetou não somente a escrita da Bíblia, mas também o modo como se daria essa fixação, tanto manuscrita, quanto impressa e, mais tarde, digital.

### 2.3. Da composição à fixação

Não há uma documentação exata sobre a origem da fixação escrita dos textos bíblicos, uma vez que os registros mais antigos são resultados de cópias e traduções de fontes anteriores.

Por conseguinte, a importância dos manuscritos bíblicos de Qumrã radica, por um lado, no fato de que confirmam a antiguidade do texto de tradição massotérica, e, por outro, por atestarem a existência de um certo pluralismo textual nos séculos precedentes à mudança de era. (BARRERA, 1995, p.332)

<sup>29</sup> Há uma certa polêmica sobre qual teria sido, dos três, o idioma usado por Jesus. O fato é que, mesmo que fosse o grego, esse seria naturalmente carregado de semitismos característicos da região em que vivia, o que o diferenciaria do grego clássico muitas vezes tomado por parâmetro. (CHOURAQUI, 1997)

Certo é o fato de que o Livro não começou a ser escrito da noite para o dia por uma pessoa “inspirada” divinamente. É consenso entre os pesquisadores que os livros mais antigos sejam, em alguns casos, compilações e agrupamentos de textos avulsos escritos em momentos diversos por vários autores. Muitas igrejas cristãs ainda sustentam a tradição de que os primeiros livros da Bíblia foram escritos por Moisés, um homem enviado por Deus para libertar o povo hebreu da escravidão no Egito. Ele teria sido escolhido para fixar não somente as leis que regeriam o comportamento civil e religioso do povo, mas também registrar toda a história da humanidade desde sua criação. Assim, muitas vezes, o Pentateuco (cinco primeiros livros da Bíblia) é chamado de “textos mosaicos”, relacionando-o à sua autoria individual.

Estudos lingüísticos comprovaram, no entanto, a variedade de estilos literários nas versões mais antigas e que denota a natureza diversa desses textos. Uma teoria bastante reconhecida sustenta, em relação a esses cinco livros, a coexistência de pelo menos quatro estilos bastante característicos:

Depois de longas hesitações, no fim do século XIX uma teoria conseguiu impor-se aos críticos, sobretudo por influência dos trabalhos de Graf e Welhausen: o Pentateuco seria a compilação de quatro documentos, diferentes quanto à idade e ao ambiente de origem, mas todos eles muito posteriores a Moisés. (BÍBLIA, 1985, p.22)

Esses documentos, ou estilos, são composições dispersas no tempo e no espaço, de variados trechos do Pentateuco. O fato explica, por exemplo, os dois relatos da criação narrados no livro de Gênesis. O primeiro, que vai do primeiro versículo do capítulo um e termina no versículo três do capítulo seguinte, é um relato detalhado das etapas da criação, onde o mito dos sete dias surge como o período levado por Deus para sua conclusão. Nesse relato, o homem é o último ser da criação e não há qualquer menção ao nascimento da mulher. O outro relato, que começa no versículo seguinte e vai até o versículo 24, apresenta uma leitura mais poética da criação, onde o homem encabeça a chegada dos seres vivos e a mulher surge como ser criado por Deus.

A composição fragmentária de diversos textos interfere significativamente na sua datação, visto que textos antigos poderiam estar compostos junto a outros mais recentes formando uma única narrativa. Ackroyd (1970, p.105, tradução nossa) aponta que:

O Antigo Testamento consiste de extensas unidades, em alguns casos sobrepondo o que são evidentemente divisões artificiais. Nessas unidades extensas, materiais mais antigos foram combinados e tomados no que pode ser considerado como uma forma definitiva. Em alguns casos, tais unidades extensas sobreviveram virtualmente intactas; em outros casos elas mesmas se tornaram partes ainda de outros trabalhos; algumas vezes as duas conviveram lado a lado.

Em outros casos, porém, há livros que provavelmente tenham sido escritos na sua totalidade por um único autor e transmitidos (ainda que com certas imprecisões) dessa forma às gerações seguintes. Seria o caso das cartas atribuídas ao apóstolo Paulo de Tarso, escrita por volta do primeiro século d.C e endereçada a comunidades cristãs ainda na solidificação do Cristianismo. Essas fazem parte do que atualmente compõe a maior fatia do Novo Testamento cristão.

A data mais antiga provável da fixação e organização dos primeiros textos bíblicos está em torno do século IX a.C. Essa datação se dá a partir de críticas no estilo literário e referências históricas dos textos, uma vez que as cópias mais antigas existentes de passagens das Escrituras datam do século I a.C.

Se abstrairmos de pequenos fragmentos que contêm apenas duas frases [...], o início da literatura bíblica estaria representado pelo Cântico de Débora, no livro dos Juízes (Jz 5). Esse cântico, com certeza, surgiu logo depois do acontecimento que ele celebra, [...] por volta de 1125 a.C. (ARENHOEVEL, 1978, p.57)

Por toda essa pluralidade, torna-se difícil argumentar que a Bíblia somente seja sagrada na sua totalidade conhecida atualmente. A afirmação desprezaria todo o cuidado que há muito já se tinha pelos breves textos atribuídos à inspiração divina. Antes das diversas canonizações, muitos textos avulsos eram tidos como a Palavra de Deus, até antes de sua fixação escrita. Além das leis mosaicas, muitos cânticos, poemas e até breves provérbios eram tratados como mensagens do Criador à criatura. Todo o bem que as normalizações trouxeram no intuito de preservar, sob a égide de sacralidade, todos os livros que hoje compõem a Bíblia não repara o mal causado pela exclusão e conseqüente perda de outros tantos que, se não pelo valor teológico, ao menos seu significado histórico seria de extrema relevância para a humanidade.

Mas de todas as organizações de textos que compõem a Bíblia Sagrada, nenhuma é mais significativa para o povo cristão do que a proposta de unir o conjunto de livros da Tanak com os textos escritos sobre a vida de Cristo. Ainda que tenha se constituído num momento decisivo para a constituição da Bíblia Sagrada, ela não se deu pacificamente. Na verdade, muitos dos primeiros cristãos, como Marciano, viam somente no Novo Testamento a real sacralidade possível para a Bíblia cristã, excluindo qualquer possibilidade de agrupamento com o Antigo Testamento.

Assim, mesmo que tenha havido a escolha definitiva pela unificação, esses conflitos deixaram cicatrizes importantes no modo como as partes seriam tratadas posteriormente. Até hoje, algumas comparações entre o Antigo e o Novo Testamentos são feitas tendo-se por parâmetro a relação de superação do primeiro pelo segundo. A própria classificação entre “Novo” e “Antigo”, algumas vezes até “Velho”,

reforça essa idéia. Por outro lado, é na coexistência desses dois importantes tomos da Palavra de Deus que a hipertextualidade encontra diversos campos para sua manifestação.

Toda essa trajetória turbulenta deu à Bíblia uma pluralidade conceitual que, mesmo após sua fixação escrita, se estende até os dias atuais e não mostra sinais de que pretende se estabilizar.

### 2.3.1.

#### Os primeiros suportes

A história que conta a origem de seus textos é tão complexa quanto é rico o repertório de suportes pelos quais passaram as Palavras do Senhor. A fixação dos textos se deu sobre tantos suportes diferentes que não é exagero quando se afirma que a Bíblia foi testemunha ocular da história do Livro.

Passagens bíblicas relatam algumas dessas situações. A passagem que narra a proclamação dos Dez Mandamentos de Deus a Moisés (Ex 20, 1-17) afirma que os mesmos teriam sido escritos em tábuas, provavelmente de pedra, cujos sinais eram testemunhas da própria presença de Deus (Figura 5).

Ainda que seja relato de natureza mítica/religiosa, sua referência não chega a ser totalmente inapropriada, uma vez que as datas em que alguns textos bíblicos foram escritos coincidem com o uso de tábuas de pedra pelo povo hebreu para inscrições públicas de natureza jurídica (Figura 6): “Como superfícies onde escrever, utilizavam para as leis, proclamações, a notícia de uma vitória, paredes de pedra sobre as quais era esculpido o texto” (LÄPPLE, 1979, p.14).

Também eram suportes para registros de passagens bíblicas pequenas peças de cerâmica chamadas óstracos, dos quais alguns exemplares têm servido como importante fonte de estudos sobre a evolução das línguas pelas quais o texto bíblico já passou (Figura 7).

Na palestina encontrou-se óstracos de particular importância em Hasor, Samaria, Laquis e Arad. A coleção de Tell Arad oferece interessantes paralelos de textos bíblicos [...]. Os de Laquis correspondem ao momento crucial da história final do reino de Judá; contêm dados que devem ser relacionados com outros do livro de Jeremias. Alguns contêm passagens do AT e do NT [Antigo e Novo Testamentos]. (BARRERA, 1995, p.104)

Recentemente uma descoberta agitou os arqueólogos da Bíblia. Um óstraco encontrado no final de 2005 ao sul de Jerusalém contém um poema filisteu que descreve o combate entre o gigante Goliás e o então jovem Davi (HOAG, 2005). A peça data de 70 anos após a descrição bíblica do evento (I Sm 17, 4-51), em torno de 950 a.C.





Figura 5. Representação tradicional de Moisés e as tábuas da lei.

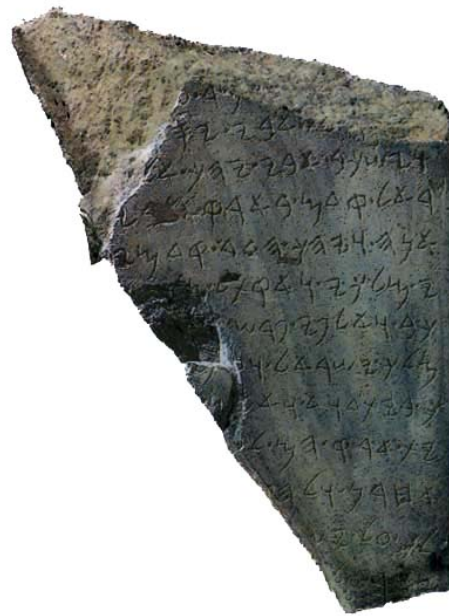


Figura 6 . Essa lápide de pedra contém gravado o poema intitulado “A casa de David” e data do século IX a.C.



Figura 7 . Exemplo de óstraco edomita do século VII ou VI a.C. Nestes casos os textos eram desenhados e não gravados como nas tábuas de pedras.

Além de pedras e argilas outros materiais como ferro e bronze também chegavam a ser utilizados.

Onde uma inscrição era exigida de caráter permanente monumental ou religioso, era escolhido pedra ou algum material durável. Assim o Decálogo (Ex 24,12) e a sua cópia no altar (Js 8.32) eram inscritos em pedra [...]. A ponteira de ferro como usada por Isaías (8,1) e a caneta de Jeremias (17,1) eram provavelmente instrumentos pontiagudos rígidos usados na escrita em bronze ou outros metais, possivelmente ferro ou chumbo. (WISEMAN, 1970, p.34, tradução nossa)

Dentre os suportes rígidos, os mais comuns para a escrita eram, sem dúvida, as tábuas de argila. Nessas, o texto era gravado de forma incisiva, o que privilegiava a escrita cuneiforme dos povos sumérios e acádios (babilônicos e assírios). (DIRINGER, 1953)

Mesmo algumas passagens bíblicas testemunham alguns desses suportes primitivos. No livro do profeta Isaías encontra-se escrito:

Disse-me também o SENHOR: Toma uma ardósia grande e escreve nela de maneira inteligível: Rápido-Despojo-Presa-Segura. (*Is 8,1*)

Um outro profeta chamado Ezequiel testemunha uma ordem divina que diz:

Tu, pois, ó filho do homem, toma um pedaço de madeira e escreve nele: Para Judá e para os filhos de Israel, seus companheiros; (*Ez 37,16a*)

Muitas obras literárias de diversas culturas foram encontradas sobre essas superfícies. No entanto, dentre elas não há registros de uma literatura judaica mais ampla, pois os mais significantes registros ancestrais da Bíblia datam de períodos posteriores à adoção do papiro. A adoção da língua aramaica pelos povos ocidentais e sua escrita cursiva em contraposição ao declínio da escrita cuneiforme foram fatores decisivos para o abandono desse suporte (DIRINGER, 1953). A mudança começa a ocorrer efetivamente a partir dos séculos VIII e VII a.C., período em que o povo hebreu delineava seus primeiros esboços escritos que compo-riam a Bíblia mais tarde.

Ainda que não se possa falar de uma literatura bíblica sobre suportes rígidos, a adoção de várias passagens escritas nessas superfícies, assim como a citação de outras pela Bíblia, é de grande importância para se entender não somente sua composição, mas o valor sacramental que cada parte pode ter, mesmo isolada do conjunto.

A adoção de suportes mais flexíveis e adequados à escrita cursiva como o papiro, pergaminho e papel, interferiram também no formato em que esses textos se apresentariam. O mais comum entre as sociedades primitivas era o formato em rolo.



### 2.3.2. O rolo sagrado

O fato de não existirem mais originais manuscritos dos textos do Antigo Testamento se deve à perecibilidade do papiro. Esse era o suporte preferido para a documentação dos textos religiosos judaicos. O material tinha como diferenciais em relação às tábuas, o peso, a flexibilidade e, decisivamente, a facilidade de uma escrita cursiva, uma vez que não era necessário gravar as letras, mas elas podiam ser desenhadas com tinta e caneta especialmente desenvolvidas.

Ao contrário das tábuas, essa superfície permitia a compactação de seus textos após a escrita. Enquanto um épico como o Gilgamesh poderia ocupar 12 tabuletas de tamanho razoável, o que dificultava consideravelmente seu transporte, um rolo contendo toda a obra do profeta Isaías era muito mais simples e cômodo no transporte. Para um povo nômade como os hebreus, esse fator era um tanto relevante.

Os papiros em forma de rolo, também conhecidos pelo termo em latim *volumen*, tiveram sucesso tão notável na cultura hebraica que se tornaram símbolo de seus escritos mais importantes. Mesmo com a mudança de suportes para o pergaminho e o papel, esse formato prevaleceu durante séculos e até os dias de hoje configura o formato dos principais livros sagrados do judaísmo.

Uma análise sobre as vantagens e desvantagens desse formato não deve ser feita tomando-se por parâmetros o modo como concebemos o livro atualmente, especialmente quando se refere à Bíblia (HURTADO, 2002). Primeiramente em função de sua familiaridade entre os povos hebreus, em seguida por ter adquirido uma natureza sagrada e de ter usos diferenciados em relação aos livros profanos.

O formato em rolo não privilegiava a leitura de uma maior quantidade de texto. Primeiramente devido ao seu manuseio, já que para sua leitura era necessário o ato de desenrolar a parte a ser lida enquanto se enrolava a parte cuja leitura já havia sido feita. Para uma visão mais panorâmica do texto, era necessário deixar o rolo aberto, o que exigia um espaço muito maior para fazê-lo. Ainda que incômodo, entretanto, isso era possível e de fato acontecia. O argumento de que qualquer interferência escrita não era possível pelo fato de ambas as mãos estarem ocupadas no manuseio para sua leitura (CHARTIER, 1999) deve ser relativizado, uma vez que nada impedia o apoio dos rolos sobre uma superfície, o que inclusive era imprescindível no caso dos exemplares maiores em que mesmo o transporte não era uma atividade muito prática<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> No entanto, em relação a pequenos documentos, essa tarefa de ler e escrever simultaneamente se tornava realmente complicada mesmo quando apoiada sobre um suporte.



Figura 8 . A leitura da Torah, em ato litúrgico, é feito com o auxílio de um apontador (yad) evitando o contato das mãos com o livro sagrado.



Figura 9 . A leitura do rolo apoiado sobre uma superfície. Além de comum, permite anotações no seu corpo.



Figura 10 . Por seu tamanho, a Torá constitui-se num objeto tão volumoso que mesmo para o transporte é incômodo.



Figura 11 . Jesus lê um trecho do rolo do profeta Isaías. O apoio para o livro está representado por ser algo comum a essa prática de leitura.

Aspectos que parecem incômodos nos rolos em função do modo de ler atual, durante um certo período de sua existência seriam algo regular e até desejável. Seu tamanho avantajado aliado à disposição do leitor exigida pelo formato privilegiava a leitura pública em detrimento da privada. Os textos bíblicos eram, além de tudo, textos comunitários. Sua leitura, principalmente a partir do século I d.C., seguia rituais específicos e era feita em voz alta nos templos e sinagogas como resquícios da tradição oral (cf. 2.2.).

O livro de Lucas (*Lc 4, 16-20*) relata o momento em que Jesus Cristo faz esse tipo de leitura:

Indo para Nazaré, onde fora criado, entrou, num sábado, na sinagoga, segundo o seu costume, e levantou-se para ler. Então, lhe deram o livro do profeta Isaías, e, abrindo o livro, achou o lugar onde estava escrito [...]. Tendo fechado o livro, devolveu-o ao assistente e sentou-se; e todos na sinagoga tinham os olhos fitos nele. (BÍBLIA, 2002)

A leitura da Torá (Keriá hat-Tōrah) ainda é um ritual muito importante preservado nas comunidades judaicas atuais. Ela mantém a tradição da leitura pública e, além disso, os livros ainda são em formatos de rolos. Mesmo que existam publicações da Bíblia judaica em formato códice, a leitura ritualística mantém o formato mais antigo.

A Tradição Judaica afirma que Esdras, auxiliado pelos escribas, compilou a Torá no ano de 444 a.C. Nessa ocasião, Esdras reuniu o povo para uma leitura pública da Torá e esse prometeu cumprir as leis da Torá e aceitar os mandamentos divinos como regra de vida. Desde então, criou-se o hábito da leitura pública da Torá, acompanhada das explicações dadas pelos escribas. (FERREIRA, 2005, p.7)

Essa leitura demonstra não somente uma prática de oralizar textos escritos, mas trata-se de um ritual sagrado, preservado desde a Alta Idade Média. Bonfil (1998, p.186) conta que:

Também entre os judeus, o livro é compreendido mais como um objeto mágico-religioso do que como instrumento de comunicação pela leitura; como relíquia destinada à devota adoração contemplativa, mais em função de sua carga sobrenatural do que como reservatório de conteúdos a serem atingidos livremente.

Quando havia uma quantidade maior de texto, esses poderiam ser divididos em vários rolos. Assim como os livros maiores podiam ocupar sozinhos um único rolo, esse também era o espaço reservado para um conjunto de livros menores.

Um rolo podia ter tamanho suficiente para conter a cópia de um livro tão extenso como o de Isaías. Alguns livros bíblicos eram suficientemente breves para serem editados conjuntamente em um só volume. É o caso dos cinco livros que compõem a coleção de *Megillôt*<sup>31</sup>. (BARRERA, 1995, p.115)

Ao contrário da divisão atual dos livros da Bíblia, de natureza puramente arbitrária (entre AT e NT, por exemplo), o tamanho dos rolos provocava uma divisão física. Essa provavelmente teria sido a origem de algumas separações que a tradição preservou e que começaram tanto por consequência da transmissão dos livros como de suas traduções:

---

<sup>31</sup> Do hebraico תוליות "rolos". Era o conjunto dos livros de Cantares de Salomão, o Livro de Rute, Lamentações de Jeremias, Eclesiastes e o Livro de Ester.

Os livros de Sm, Rs e Cr [Samuel, Reis e Crônicas] ocupavam, cada um, um rolo completo. O texto grego desses mesmos livros tinha sua extensão dobrada devido aos caracteres vocálicos que o texto hebraico não tinha. A extensão dobrada do texto grego ocasionou a divisão atual daqueles livros em 1-2Sm, 1-2Rs e 1-2Cr. (BARRERA, 1995, p.115)

Todas essas divisões afetavam sobremaneira a noção de totalidade com a qual se tem a compreensão atual da Bíblia. Hoje ela, de certo modo, fecha as portas para a inclusão de novos livros. Mas essa característica é relativamente recente. Ainda que as diversas canonizações pelas quais passou devessem fazer esse papel, a Bíblia só viria a ser entendida objetivamente como um único livro no momento em que todos os livros passaram a se agrupar em um único volume e isso só seria alcançado séculos mais tarde quando a encadernação em códice passou a ser adotado para o Livro sagrado.

### 2.3.3. O formato da nova religião

Um dos grandes consensos em torno da difusão e do sucesso do formato códice para os livros está na relação direta com a expansão do Cristianismo. Realmente impressiona o fato de que, em relação aos livros pagãos de sua época, os escritos bíblicos cristãos eram predominantes nesse formato. Wiseman (1970) destaca que não há qualquer manuscrito do Novo Testamento conhecido que tenha sido escrito unicamente sobre a frente (recto) de um rolo de papiro. Esse destaque é importante uma vez que fragmentos com textos cristãos que possuem escritos no seu verso (opistógrafos) atestam a questão da reutilização do suporte que, uma vez adquirido esse formato, não poderia ser alterado.

As causas, entretanto, para essa fácil assimilação não são sempre tão consensuais. Análises que comparam a maior praticidade desse formato em relação ao anterior carregam um certo anacronismo, já que é muito fácil para a nossa cultura a escolha por soluções a que já nos acostumamos (HURTADO, 2002) . Pires (2006) aponta o fato de que essa escolha seja mais uma consequência direta do interesse dos cristãos em diferenciar a nova religião de seus predecessores. E essa parece mesmo ser a causa mais importante.

Wiseman (1970) apresenta argumentos que suprimem algumas teorias que relacionam essa escolha exclusivamente em função da economia trazida pelo códice<sup>32</sup>. A idéia de que o códice é mais prático por permitir sua escrita em am-

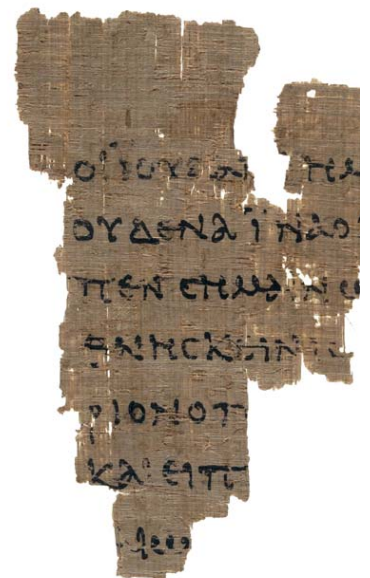


Figura 12 . Fragmento em papiro do códice grego do Evangelho de São João (Jo 18, 31-33). É o fragmento mais antigo do Novo Testamento já encontrado. Data de aproximadamente 125 a 150 d.C.

<sup>32</sup> Barrera (1995, p.117) propõe ainda a relação da facilidade do uso do códice com a mudança de hábito trazida pela "passagem do vestuário volumoso e instável da época clássica ao cingido da Antiguidade tardia."

bos os lados é um fator que deve ser realmente considerado. De fato, o advento do pergaminho é devedor dessa prática, uma vez que otimiza essa forma de escrita, visto a dificuldade trazida pelo papiro em ter um dos lados usado como suporte de escrita, em função do modo como era fabricado que deixava nesse as tramas do vegetal em sentido transversal ao do movimento da escrita. A descoberta no Egito de 99 códices em papiro opistógrafos com textos cristãos, que correspondem ao período inicial da nova religião, reforça a idéia da economia, ainda que outros argumentos também se sustentem sob esses fatos. Diringer (1953) argumenta que o uso em si, como objeto referencial, é um fator determinante nesse tipo de escrita, que permite melhor navegação entre as páginas.

Um argumento a favor da economia que se desfaz é de que os primeiros códices eram todos escritos com letras e espaçamentos significantes, o que, para Wiseman (1970, p.58, tradução nossa) “nada sugere que o primeiro objetivo do escriba era obter o máximo de texto no mínimo de espaço”. Diringer (1953, p.163, tradução nossa) chega a apontar que:

Como um resultado da mudança gradual, dos rolos aos códices, as colunas estreitas de linhas curtas foram estendidas, e enquanto existem códices de papiros que possuem duas colunas numa página [...], a grande maioria dos códices de papiros preservados tem somente uma coluna.

Do mesmo modo, a idéia da atratividade econômica trazida pela compactação dos livros no novo formato também não se sustenta pelo fato de muitos dos primeiros livros virem separados, mesmo os que já eram tidos como sagrados antes da canonização, como no caso dos quatro evangelhos. Por último, o transporte mais fácil, do qual o códice se destaca, não responde o uso que os hebreus durante séculos fizeram e continuaram fazendo.

Por esses argumentos fica evidente a importância de fatores simbólicos na escolha do códice pelos cristãos, diferenciando-os dos rolos judeus. Sua prevalência, segundo Wiseman, se deve mesmo à forte influência dessa religião sobre esse formato.

Um fato curioso, entretanto, merece destaque: a palavra grega à qual impusemos o significado que nomeia o Livro sagrado cristão era, na verdade, usada pelos primeiros cristãos como relativa aos “rolos de papiro”<sup>33</sup>.

Outro fator, não ligado ao suporte em si mas que comprova o definitivo rompimento da Bíblia cristã em relação ao seu par judaico, é referente à transcrição do nome sagrado de Deus do hebraico para o grego. Os escritos judeus quan-

<sup>33</sup> Outra palavra grega, *bíblōs*, de *býblos* (*búblos*), significando o “miolo do galho de papiro”, originou a palavra grega *biblíon*, que se tornou o termo comum para “rolos de papiro”; seu plural era *bíblia* [...] e *tá bíblía*, “os rolos” ou “os livros” vieram a indicar “os Livros”, por excelência, isto é, as Escrituras Sagradas. (DIRINGER, 1953, p.125, tradução nossa)



do grafavam o nome sagrado, algumas vezes o faziam através do tetragrama IHWH. Na maioria das vezes esse vinha reproduzido por um ponto ou mesmo um espaço vazio. Os cristãos, por sua vez, não hesitaram, no momento da cópia dos textos do AT para o grego, em escrever um nome específico para Deus e foram ainda mais longe ao escolher outros termos como Jesus e Espírito Santo como sinônimos do Criador (WISEMAN, 1970, p.60-61). A importância desse fato se dá na medida em que se estabelece para os cristãos, mais uma vez (assim como a divisão dos livros no AT e NT), uma estreita relação conceitual entre a primeira e a segunda parte da Bíblia.

Ainda que os aspectos utilitários não fossem causa única da adoção do formato códice entre os cristãos, não resta dúvida que essas vantagens não foram desprezadas. O agrupamento dos textos bíblicos passou a se tornar mais comum, principalmente após a sua canonização, o que permitiu a leitura paralela entre os diversos livros da Bíblia em um único objeto. A numeração de páginas, permitidas por esse formato, seria um fator determinante para a combinação de leituras pois facilitava em muito a navegação pelas páginas (ARAÚJO apud PIRES, 2006, p.30).

A substituição do papiro pelo pergaminho não demorou a acontecer<sup>34</sup>, o que teve como consequência a preservação de uma quantidade maior de textos bíblicos, uma vez que sua deterioração é muito menor se comparada ao material anterior<sup>35</sup>. Um fator determinante nesse novo suporte, como já dito anteriormente, é a possibilidade da opistografia, onde não somente a frente (recto) da página era usada para a escrita, mas também as costas (verso), ainda que houvesse uma leve diferença de textura ocasionada pelas faces externa e interna da pele do animal utilizado.

Como comumente se dá na história das evoluções tecnológicas, a herança de práticas antigas costuma determinar ações nas novas invenções. No caso da mudança do rolo ao códice, é notável a influência da escrita em colunas que no primeiro formato era essencial devido à extensão da superfície. Um códice do ano 500 d.C escrito em grego é testemunha de como esse costume não foi abandonado tão imediatamente (Figura 13).

Outra prática herdada da tradição em rolo foi a divisão da Bíblia em livros separados. Ainda que isso não aconteça do mesmo modo, onde vários grupos eram escritos em rolos diferentes, ainda é comum encontrarmos à disposição publicações do Novo Testamento isolado do Antigo, assim como são vendidos separadamente os livros de Salmos e até Bíblias em vários fascículos.



Figura 13 . Página do Evangelho de Marcos em copta, cerca de 500 d.C. Escrito no modelo de *scripta continua*, não há separação de palavras e o tamanho das letras torna a divisão de colunas um fator que aumenta a dificuldade na leitura. Sua justificativa recai sobre a tradição na forma como os rolos eram escritos.

<sup>34</sup> Diringer (1953) aponta que a partir do século IV d.C. a produção de códices em papiro caiu consideravelmente, quase chegando à exclusão total.

<sup>35</sup> Ainda que curiosamente, segundo Barrera (1995), não se conservou qualquer manuscrito em pergaminho anterior ao século IV d.C., enquanto dezenas dos papiros cristãos datem de períodos anteriores até o II ano d.C.

Apesar disso, o novo formato foi aos poucos mostrando suas características, mudando tanto o modo de ler quanto o de escrever o Livro sagrado. Durante toda a Idade Média até o advento da imprensa, a escrita da Bíblia apresentou características marcantes em função desse desenvolvimento e passou a ser, ao menos nesse período, referência para toda a cultura escrita no mundo ocidental.

## 2.4. As leituras da Bíblia

Murmúrios ecoam em uma sala bem iluminada pela luz do dia, onde jazem sentados alguns homens concentrados. Ouvindo a recitação de um orador, eles balbuciam suavemente as palavras num quase uníssono enquanto escrevem, letra por letra, aquelas que serão as páginas do Livro dos livros.

Durante todo o período medieval, a responsabilidade pela transmissão escrita da Palavra de Deus ficou resguardada aos escribas em seus mosteiros (DIRINGER, 1953). Assim como era restrita sua produção, também era sua leitura. A alfabetização não era, nesse período, um alvo possível de ser alcançado por todos. Mas mesmo que a grande população leiga tivesse condições de traduzir as letras que conduziam às mensagens bíblicas ou até que chegassem às suas mãos as tão ornamentadas páginas que compunham os ricos e volumosos códices bíblicos, eles teriam que enfrentar uma outra barreira, talvez a mais intransponível: a permissão da Igreja.

Para a religião, ignorância é um veneno mortal. Mas durante os primeiros quatro séculos do Cristianismo, o fiel comum tinha somente dois meios de obter instrução religiosa, pelo ver e pelo ouvir. Recursos visuais eram fornecidos pelas pinturas e desenhos, esculturas e vitrais, por encenações religiosas e outros meios similares. Instrução oral, entretanto, era de longe mais importante: com poucas exceções, mesmo os bem educados somente entendiam o que liam quando ouviam a própria voz. (VAN DIJK, 1969, p. 221, tradução nossa)

O trajeto percorrido pela Bíblia após a institucionalização do Cristianismo não pôde ser, por muitos séculos, testemunhado pela comunidade cristã leiga. Os líderes da Igreja, por várias razões, tomaram unicamente para si o privilégio de vislumbrar com os próprios olhos as palavras inspiradas por Deus e escritas por Seu povo. Uma das explicações mais recorrentes residia no fato de que, ainda que as palavras pudessem ser lidas, nada garantia que elas pudessem ser compreendidas. As narrativas mitológicas, heranças da oralidade, recobriam os textos sagrados com um véu de mistério que, não sendo corretamente desvendados, poderiam levar à ruína as doutrinas que sustentavam o então emergente poder da nova religião.

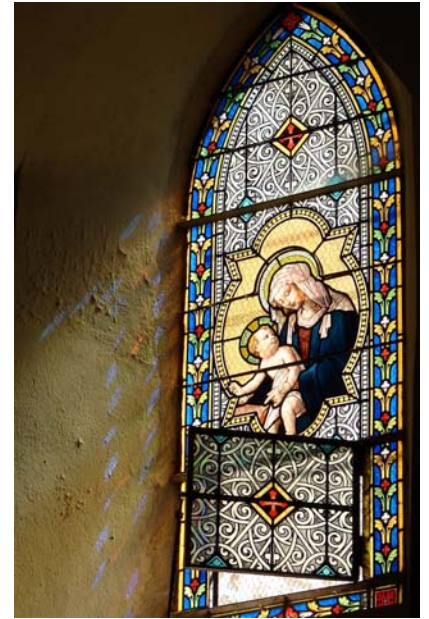


Figura 14 . Durante muitos séculos, os vitrais representaram a Bíblia para os fiéis nas Igrejas.

O controle eclesiástico na produção do livro sagrado trouxe, entretanto, mais do que limitações ao acesso popular. O interesse em sustentar suas doutrinas e dogmas através das escrituras deu origem a regras que determinavam a maneira como a Bíblia deveria ser lida e interpretada. Assim, uma leitura linear e abrangente de suas páginas nunca foi prática comum entre os fiéis que buscavam ali algum sustento espiritual.

Além de seu uso como guia espiritual e fonte de narrativas poéticas, a Bíblia também foi submetida ao uso acadêmico e jurídico. Por um lado, nos dois primeiros tipos de uso, que constituíam a liturgia da Igreja, a Bíblia chegou a ser fisicamente subtraída das celebrações, nas quais apenas recitações e cânticos esparsos davam ao fiel uma idéia do que havia no misterioso livro de Deus. Não eram raras as vezes em que o próprio ritual e a arquitetura dos templos tinham a pretensão de substituir a necessidade de se ter as Escrituras ao alcance do povo leigo. Esse foi, por exemplo, o papel representado pelos belos vitrais das paróquias e catedrais que ilustravam as histórias muitas vezes cantadas em latim pelos padres durante as missas. (VAN DIJK, 1969)

Por outro lado, a Bíblia foi o único livro ao qual se refeririam toda e qualquer prática doutrinária, científica e jurídica durante séculos (SMALLEY, 1969). Assim, a necessidade de se interpretar “corretamente” (na verdade, de acordo com os interesses correntes) os textos sagrados impulsionou a criação mecanismos de acesso e manuseio das Escrituras que seriam um avanço na possibilidade de leitura hipertextual da Bíblia.

Traçar com fidelidade todos os passos pelos quais passou a Bíblia Sagrada, desde o começo da Era Cristã até os dias de hoje, é uma tarefa tão pretensiosa quanto rica, ainda que bastante tentadora. O desenvolvimento de novas formas de escrita, a confecção de iluminuras, ilustrações, encadernações, centenas de traduções, seriam alguns dos diversos aspectos dos quais a Bíblia teria sempre algum representante digno de consideração. Mas ainda que houvesse acesso a todo o material disponível para essa empreitada, ela certamente desviaria do foco principal desta pesquisa.

Com o objetivo de demonstrar os aspectos de hipertextualidade que permeiam suas páginas e as suas relações históricas no desenvolvimento do próprio objeto livro, apresentam-se adiante os períodos entre a oficialização do Cristianismo até os dias que antecederam sua passagem ao ambiente digital. Essa história é apresentada, no entanto, menos numa perspectiva diacrônica das transformações, mas como essas se estabeleceram em função da influência eclesiástica sobre a sua produção e o uso acadêmico.



### 2.4.1.

#### A produção do livro

Quanto aos aspectos de produção gráfica, a história da Bíblia pode ser dividida em duas etapas principais: a manuscrita e a impressa. A primeira toma como ponto de partida a oficialização do Cristianismo. Ainda que, como visto anteriormente, a história da Bíblia remonte a períodos muito anteriores ao surgimento da religião, esse período compreende a Bíblia Cristã predominantemente no seu formato códice, onde os instrumentos e recursos de hipertextualidade ganham impulsos significativos para o desenvolvimento desse trabalho.

Quanto à produção impressa, são apontados os aspectos nos quais essa nova tecnologia impulsionou a elaboração de instrumentos e formatos que permitissem também a hipertextualidade na Bíblia. Ainda que o estudo desse período seja um campo fértil quando se trata das relações do Livro com os usuários e o mercado editorial, o foco da pesquisa está na estrutura gráfica quanto à apresentação dos instrumentos para essa forma de leitura específica.

#### 2.4.1.1.

##### A Bíblia manuscrita

Vimos anteriormente como os processos de transmissão da Palavra de Deus interferiram no seu modo de leitura. Agora, adotada definitivamente no formato códice, a Bíblia encontraria outras adaptações referentes, não somente à evolução tecnológica, mas ao modo como a Igreja entendia sua importância.

Durante dois terços de sua história no Cristianismo, a Bíblia Sagrada foi copiada à mão por dedicados monges que tomavam para si a tarefa como um ato sagrado. *Sacrifício* (*sacer* “sagrado” + *faere* “atividade”) é, realmente, um termo apropriado para essa atividade. No entanto, apesar do extremo cuidado com que esses copistas executavam sua atividade, erros na reprodução dos textos não eram incomuns. Algumas vezes, trabalhando em regime de produção intensiva, deixavam inadvertidamente para trás palavras repetidas, omitidas ou substituídas. Diringer (1982, p.213-214, tradução nossa) destaca algumas dessas características que influenciavam na dificuldade em manter a fidelidade do texto:

Além de, nos primeiros momentos, as cópias serem feitas apressadamente e sem oportunidade de uma revisão acurada, os copistas eram freqüentemente meio educados, meio iletrados.

Outras vezes, porém, a fidelidade da cópia ficava comprometida por interesse de quem fazia a reprodução. Nesse caso, acréscimos permeavam as linhas do texto bíblico no intuito de explicar melhor uma idéia ou passar uma mensagem que estivesse mais de acordo com as doutrinas propagadas<sup>36</sup>.

Alterações no texto durante o processo de transmissão podiam ser tanto acidental quanto intencional. Por acidente, palavras ou linhas eram omitidas por um escriba cujos olhos passavam sobre uma palavra de uma frase a outra similar a essa (haplografia) ou elas eram escritas duas vezes (ditografia). O primeiro erro normalmente ocorria no fim de uma sentença ou frase, quando os olhos do escriba deixavam a página original para concentrar-se na cópia, assim, de duas passagens terminando de modo similar ou idêntica, uma é omitida (homotelêuto). (WILLIAMS, 1969, p.27, tradução nossa)

Elementos que também dificultavam bastante a fidelidade da cópia eram as técnicas de escrita que foram por muito tempo utilizadas. Visando facilitar a atividade de copiar os textos, foram desenvolvidos novos recursos que evoluíram a tal ponto que, até os dias de hoje, somos devedores desses trabalhos. No entanto, por mais que se propusesse traçar letras com o máximo de legibilidade, durante muito tempo a prática dependeu do manuseio do instrumento de escrita à mão, o qual era influenciado, por sua vez, pela cultura do escriba. Assim, nos textos originais, desde o desenho das letras, ou o modo de escrever, até a composição da mancha gráfica estavam subordinadas a questões subjetivas sobre as quais muitos copistas posteriormente poderiam não estar devidamente envolvidos, uma vez que faziam parte de outra época e cultura.

Para coroar o rol de problemas, seguia-se o fato de que os textos, muitas vezes, não se apresentavam no idioma daqueles que escreviam. No caso do Novo Testamento, isso não só era regra como chegou a situações extremas que, como veremos adiante, configurará um aspecto importante na compreensão hipertextual de suas páginas.

Tanto os evangelistas quanto alguns dos apóstolos deixaram gravadas as palavras que comporiam os livros do povo cristão. Para isso, utilizaram o idioma grego popular de sua época, também chamado de Koiné<sup>37</sup>, do grego “comum” (BLACK, 1970, p.7), ainda que a língua mais comumente falada entre os judeus da época fosse o aramaico<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Conferir também item 2.4.2.1 sobre as glosas inseridas no corpo do texto.

<sup>37</sup> Vale ressaltar que os textos hebraicos e aramaicos do AT também encontravam-se, nesse período, escritos em grego, na chamada versão Septuaginta.

<sup>38</sup> Do mesmo modo, o Koiné era um tipo de grego falado entre os populares, o que o coloca como também uma língua comum da época. Alguns autores defendem a existência de um “grego semítico”, ou uma semitização do idioma helênico, que deu origem

Não tendo sido, até hoje, encontrados vestígios de nenhum autógrafo dos livros no NT, são de cópias posteriores dos textos nessa língua a que os pesquisadores tiveram acesso. Esse idioma, entretanto, não perdurou sozinho por muito tempo entre os cristãos. Traduções em copta, latim arcaico, siríaco, armênio, etíope e árabe foram algumas das realizadas nos primórdios do Cristianismo. Isso atesta uma prática que seria somente mais tarde discutida pela Igreja Oficial: a abertura da Bíblia à leitura comum. Ao contrário da censura posterior imposta pela instituição, os primeiros cristãos divulgavam abertamente as páginas sagradas, inclusive às comunidades não-judias, numa prática expansionista que gerou como frutos o crescimento significativo da nova religião. Chirgwin, em seu livro *The Bible in World Evangelism* ressalta que:

Parece incontestável que os pregadores e escritores cristãos da Igreja antiga constantemente usavam as Escrituras como meio de persuadir não-cristãos a aceitarem a fé. A Bíblia era o instrumento regular de sua evangelização. (CHIRGWIN apud ZIMMER, 2006, p.120)

Na verdade, embora controlasse a leitura do Livro, a Igreja fez uso, durante vários séculos, das diversas traduções disponíveis do texto sagrado. Somente durante a Contra-Reforma, no século XVI, que o Concílio de Trento decidiria por oficializar um único idioma, o latim, como a tradução oficial das escrituras e uma versão específica, a Vulgata, como seu representante.

A Bíblia Vulgata (vulgar, comum) foi uma tradução para o latim realizada por São Jerônimo entre os séculos IV e V. Ela tinha por objetivo fornecer uma versão definitiva para o idioma comum de sua época em detrimento das diversas traduções existentes até então. Ela se misturou, entretanto, durante toda a Idade Média, a outras versões latinas, assim como as versões nos demais idiomas. Desse modo, os copistas tiveram à sua frente não somente o desafio de copiar textos na língua corrente como também em idiomas muito distantes de seus domínios.

O exemplo no quadro 1 mostra um dos erros muito comuns provocados pela não assimilação do idioma no momento da cópia que provocava falhas no sentido do texto. Aqui a passagem da Carta de S.Paulo aos Romanos, no capítulo 6, versículo 5, tem o seu sentido alterado pela confusão entre duas letras escritas em grego. Até hoje, muitas traduções bíblicas decidem por colocar as duas opções, sendo uma como alternativa.

---

a termos e expressões muito característicos que são encontrados na Bíblia.

ΕΙ ΓΑΡ ΣΥΦΥΤΟΙ ΓΕΓΟΝΑΜΕΝ ΤΩ  
ΟΜΟΙΩΜΑΤΙ ΤΟΥ ΥΑΝΑΤΟΥ ΔΨΤΟΥ  
ΑΜΑ ΚΑΙ ΤΗΘ ΔΝΑΚΤΑΙ ΕΩΘ ΕΟΜΕΥΑ

“ama” → juntos

ΕΙ ΓΑΡ ΣΥΦΥΤΟΙ ΓΕΓΟΝΑΜΕΝ ΤΩ  
ΟΜΟΙΩΜΑΤΙ ΤΟΥ ΥΑΝΑΤΟΥ ΔΨΤΟΥ  
ΑΛΛΑ ΚΑΙ ΤΗΘ ΔΝΑΚΤΑΙ ΕΩΘ ΕΟΜΕΥΑ

“alla” → certamente

*Porque, se fomos unidos com ele na semelhança  
da sua morte, certamente, [juntos] o seremos  
também na semelhança da sua ressurreição.*

Quadro 1. No alto, o trecho escrito duas vezes em grego.

A primeira podendo representar o original e a segunda a cópia, ou vice-versa. Abaixo o trecho traduzido como é apresentado na Bíblia inglesa.

Apesar de todos os erros nas possíveis reproduções, as matrizes eram muitas, de variadas origens, o que permitia a possibilidade de correção sempre que um novo projeto de cópia acontecesse. Para isso havia métodos rigorosos no processo de verificação e autenticação das matrizes para as cópias. E, por mais que a inabilidade pudesse interferir na reprodução dos livros, o rigor com que eram estudados e verificados é a grande garantia de fidelidade das traduções que chegaram a períodos mais tardios.

O quadro acima evidencia outro elemento que muito dificultava a tarefa do copista nos primórdios do Cristianismo: a técnica de escrita. Isso porque os primeiros textos eram escritos de modo bastante diferente dos que nos acostumamos a ver atualmente. Um dos tipos de letras mais comuns usados nas Bíblias no começo da era Cristã era o chamado “uncial” (Figura 15). O nome era em função de seu desenho e tamanho, e correspondia a uma letra capitular de fácil reprodução:

[essa escrita] é hoje conhecida como ‘uncial’, da palavra latina *uncia*, ‘polegada’, por causa do tamanho exagerado em que, por vezes, se escreviam essas letras”. (McMURTRIE, 1997, p.66).

Em função da agilidade proporcionada por esse desenho de letra, a legibilidade ficava bastante comprometida (não muito diferente do que acontece com nossas minúsculas atuais quando escritas rapidamente).

Mais tarde, a busca por um tipo de letra mais fácil de escrever resultou em avanços tipográficos que proporcionaram algumas das páginas mais belas já vistas, das quais a Bíblia foi, por diversas vezes, fonte de inspiração. No entanto, como visto anteriormente, nem sempre a beleza na forma de escrita ajudava o escriba e, algumas vezes, mesmo evoluções tardias nas letras não chegavam a auxiliá-los nessa tarefa. É o caso da tipografia gótica alemã ou da benevetana

italiana, cujos desenhos podem ser considerados de grande cuidado e beleza, mas a leitura e conseqüentemente a cópia ficam bastante comprometidas (figuras 16 e 17).

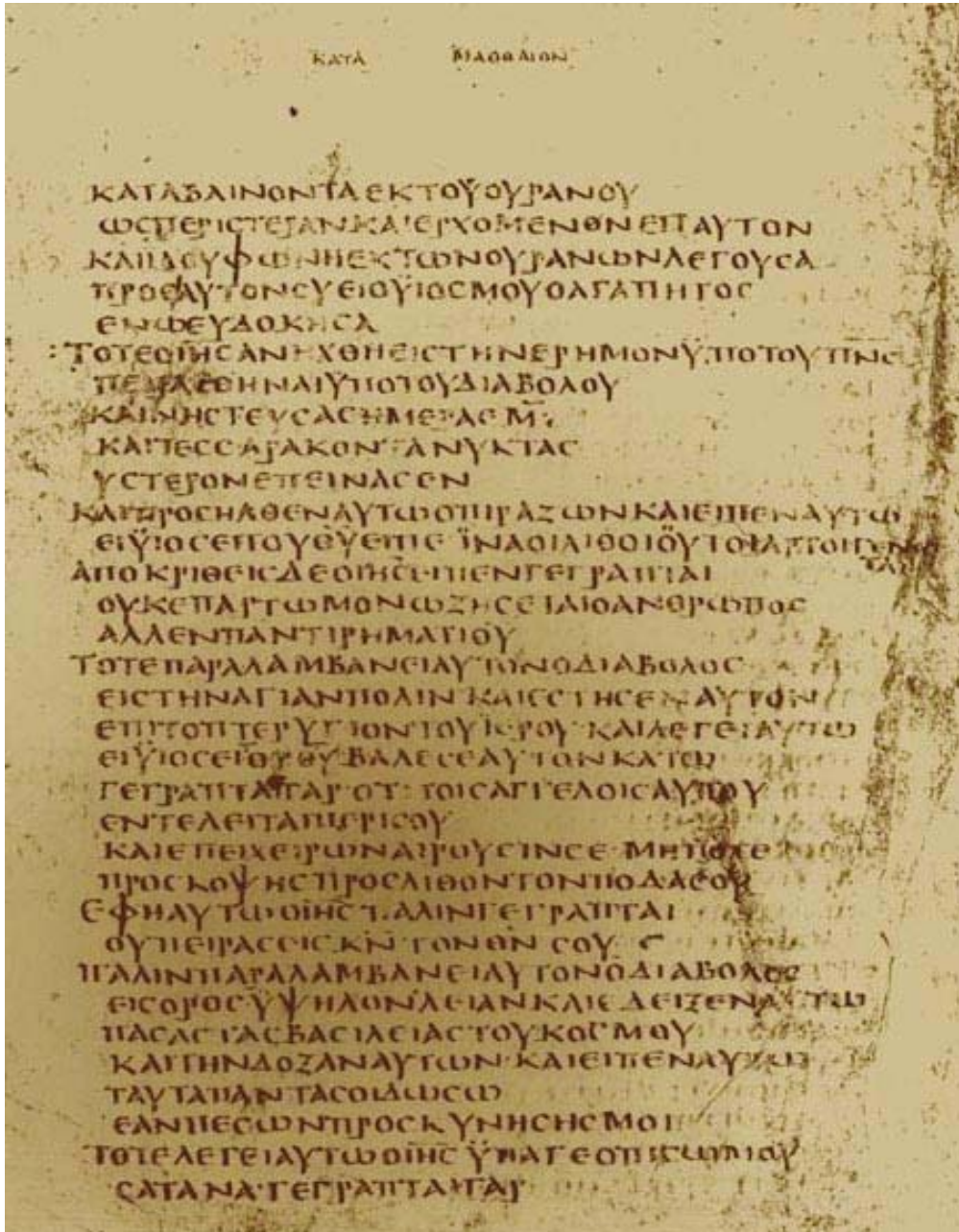


Figura 15 . Página do Codex Bezae, em grego uncial.  
Início do século VI d.C.

Não se ignora que o fator cultural seja determinante na característica de legibilidade de um tipo de manuscrito. Certamente a dificuldade encontrada hoje para a leitura dos exemplos anteriores não era compartilhada por aqueles que a produziam ou por seus leitores contemporâneos. Mas pelos séculos duradouros a que se submeteram as diversas cópias certamente também encontraram dificuldades aqueles que tentavam ler e reescrever, tendo por base matrizes que lhes antecederam por gerações.





Figura 16 . Detalhe de uma Bíblia em latim com tipografia gótica.  
Século XIV d.C.

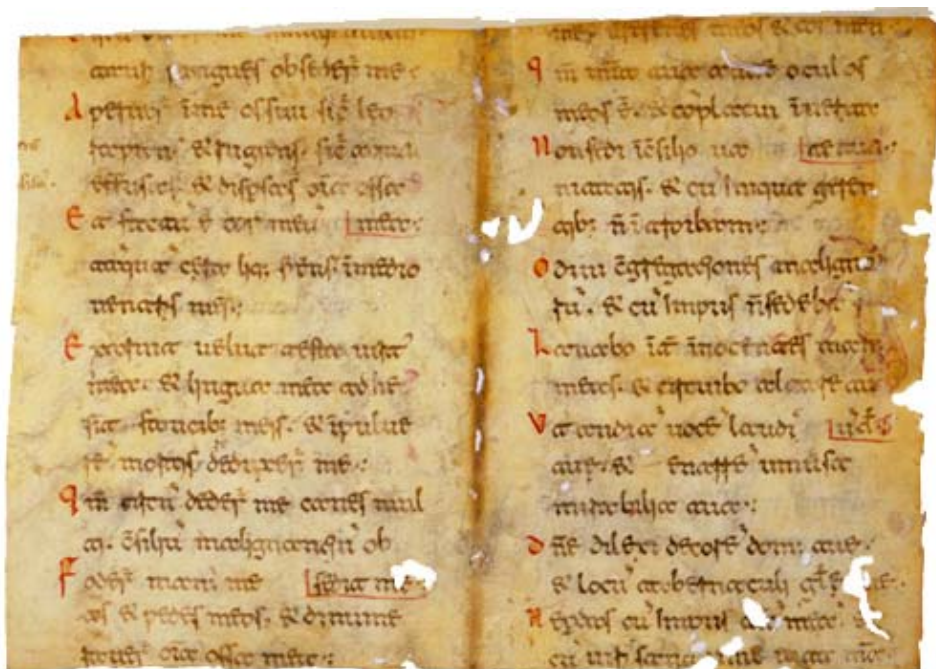


Figura 17 . Saltério (Livro dos Salmos) em escrita benevetana.  
Século XI d.C.

Outro fator, além das letras, que dificultava a leitura dos primeiros exemplares bíblicos era a forma de escrita. As palavras eram grafadas em seqüências ininterruptas, sem espaços entre as mesmas, no estilo chamado de *scriptio continua* (Figura 15). Mais do que um modo peculiar (em relação à escrita atual) de se escrever, esse obrigava o leitor a pronunciar verbalmente aquilo que estava lendo, uma vez que o sentido das palavras só viria após serem ouvidas. Além de provocar confusão quanto às interpretações, essa leitura auxiliava a Igreja no controle do que estava sendo escrito, visto que lida em voz alta não dava àquele que escrevia a liberdade de alterar os textos sem o risco de uma autoridade eclesiástica censurá-lo.

Os espaços entre as palavras foram introduzidos no século VIII, na época de Beda, o Venerável, como recurso didático. [...] Como efeito colateral, houve uma mudança na prática da cópia dos manuscritos. Até então, o original tinha de ser ditado por um monge a vários copistas ou cada copista tinha de ler em voz alta quantas palavras pudessem ser captadas pela memória de seu auditório e, em seguida, anotá-las enquanto “ditava para si mesmo”. (ILLICH, 1995, p.44)

Outros tipos de divisões textuais que facilitava a leitura como as divisões em parágrafos já aconteciam desde a escrita em papiros, mas nestes, ao invés de haver um espaço em branco entre os mesmos, optava-se pelo uso de um traço longo (*paragaphos*) no começo do novo parágrafo (DIRINGER, 1982).

Outros instrumentos como pontuações, hifenizações, divisões em capítulos e versos foram algumas das inovações que se seguiram a essa nova forma de escrita. Estes não só facilitaram a compreensão do texto como trouxeram ao códice um perfil de leitura hipertextual, que até então estava limitado à possibilidade de leitura intercalada das páginas. Illich (DIRINGER, 1982) destaca como esses fatores, além de proporcionar esse tipo de leitura, passaram a dar forma “a uma idéia substancialmente diferente: a de um texto que se distingue do livro e de suas leituras”.

Esses instrumentos, portanto, afastaram cada vez mais a Bíblia de sua tradição oral, uma vez que a prática herdada do judaísmo – da leitura do texto sempre acompanhada de sua vocalização nos templos – não mais se justificava a não ser pelos interesses que ela ajudava a sustentar. Além disso, esse afastamento do texto dava ao leitor maior autonomia, levando-o a “interpretar” o texto por si mesmo, individualmente. Certamente os instrumentos foram cruciais para o desenvolvimento do uso acadêmico como será visto mais adiante.

### 2.4.1.2. A Bíblia impressa

Os séculos XV e XVI testemunharam dois acontecimentos que afetariam decisivamente o curso da História no Ocidente: o surgimento da imprensa e a Reforma Protestante. Não são poucos os autores que traçam profundas relações entre esses dois eventos, algumas vezes estabelecendo a dependência do sucesso de um em função do surgimento do outro<sup>39</sup>. À esta pesquisa não cabe aprofundar nessa discussão que, além de polêmica, não acrescenta mais informações aos objetivos propostos. Entretanto, é notável que esses dois momentos tenham legado à humanidade dois exemplares que se tornariam ícones da Bíblia na Modernidade: a Bíblia de Gutenberg e a Bíblia de Lutero.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, nenhuma das duas obras foram originais em suas categorias. Sua importância recai totalmente sobre seus aspectos simbólicos. No primeiro caso, não teria sido realmente, como afirmam alguns historiadores, a Bíblia Sagrada o primeiro livro impresso com a nova técnica dos tipos móveis de Gutenberg (BLACK, 1963, p. 415). De fato, para McMurtrie (1997, p.166), evidências apontam para o livro “Julgamento do Mundo”, que teria sido impresso pelo menos dez anos antes da famosa “Bíblia de 42 linhas”.

Por isso, autoridades competentes consideram-no [O Julgamento do Mundo] o exemplar mais antigo impresso com tipos móveis ora existente, e, como tal, um documento realmente muito precioso.

Seu argumento vai além, afirmando que mesmo Gutenberg não teria sido o autor direto na confecção da conhecida Bíblia. Mas sem dúvida esse livro, além de ser o mais famoso incunábulo conhecido, é também o marco do sucesso da nova técnica de reprodução que revolucionaria a cultura humana.

A comparação entre o projeto gráfico das primeiras edições da Bíblia impressa com os manuscritos até então produzidos é tão óbvia quanto lógica. Não havia outros livros que servissem de modelos senão aqueles anteriormente escritos à mão. Provavelmente os primeiros impressores encontraram algumas dificuldades em reproduzir fielmente o trabalho artesanal dos escribas, inclusive porque esses exigiam recursos tecnológicos que somente seriam desenvolvidos mais tarde. Era o caso das rubricas que marcavam as entradas de capítulos. A abundância de cores dificilmente seria reproduzida pelas rústicas matrizes tipográficas da é-

---

<sup>39</sup> Elizabeth Eisenstein (1983, p.167-206) enfatiza em sua obra a dívida que o sucesso da Reforma tem com o advento da imprensa, enquanto Lucien Febvre (1982, p. 407-476) é mais moderado e propõe uma certa relação de interdependência, onde a Reforma seria grande impulsionador dos temas que a imprensa cuidaria de reproduzir.



poca, o que exigia a contratação de rubricadores que faziam essa tarefa ainda com o método medieval (BLACK, 1963).

Dos importantes avanços para a leitura hipertextual da Bíblia trazidos pela tecnologia da imprensa, os mais significativos são relativos à compactação dos textos graças aos avanços nas produções dos tipos de metais cada vez mais reduzidos. Data de 1491 a produção da primeira Bíblia no formato oitavo (aproximadamente 11 x 16cm. Figura 19) por Johann Forben (HOTCHKISS, 1998). E é a partir de 1526 que surgem as primeiras impressões bíblicas em volume único (BLACK, 1963), mais baratas e de fácil transporte.

Apesar dos erros de reprodução a que a nova prática também estava submetida nos primeiros anos<sup>40</sup>, houve uma busca incessante por novos métodos que proporcionassem tanto mais conforto e praticidade quanto maior intensidade na reprodução dos livros. Como toda produção em massa, a imprensa proporcionou a ampliação de um mercado que até então era restrito às instituições eclesiásticas e acadêmicas. No caso da Bíblia, essa se destinava, cedo, a ser sucesso de vendas entre as demais obras impressas, ainda mais num período em que o grande público consumidor ainda era formado por clérigos.

Portanto, uma maioria, ou quase, de textos religiosos e, naturalmente, um grande número de edições da Sagrada Escritura. Com efeito, qual publicação podia então parecer mais rentável aos livreiros do que essa, sobretudo em uma época em que a maioria dos leitores eram clérigos? (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.357)

A redução no tamanho e a união de todos os livros em poucos ou únicos volumes se tornavam uma necessidade nesse contexto, pois o livro deixava de ser produzido por encomenda ou como uma obra de arte única para ser apreciada e, quem sabe, adquirida por um interessado com condições de comprá-la. Agora ela era produzida em série e deveria partir em busca de seus compradores, transportada aos montes e apresentada nas feiras e livrarias.

Essa intensa produção de livros forçou a adaptações gráficas que facilitassem não somente a produção, mas também a assimilação do produto no mercado nascente. Assim, aspectos tipográficos referentes ao desenho das letras, que deixava aos poucos os góticos nacionalistas em direção ao tipo romano mais universal, foram resultados de um contexto que envolvia também o pensamento humanista que valorizava as “belas-letras” (FEBVRE; MARTIN, 1992). Os tipos romanos, apesar de já serem produzidos em um período brevemente anterior à imprensa, ganharam um aliado à sua propagação. Além do desenho menos denso e mais gestual a que se propunha representar, esse novo tipo rompia com a tradição manuscrita medieval e todas as idéias a ela relacionadas.

---

<sup>40</sup> Cf. EISENSTEIN (1998, p. 66 ss) sobre os erros que a padronização propiciava, e o caso clássico da “Bíblia iníqua” de 1631.

Além desse aspecto conceitual, as fontes romanas respondiam ainda a necessidade de uma padronização tanto no sistema de leitura quanto na composição das páginas nas tipografias. Apesar disso, elas só foram amplamente adotadas tardiamente, ficando restritas às reproduções mais elaboradas e, em geral, às traduções latinas (BLACK, 1963).

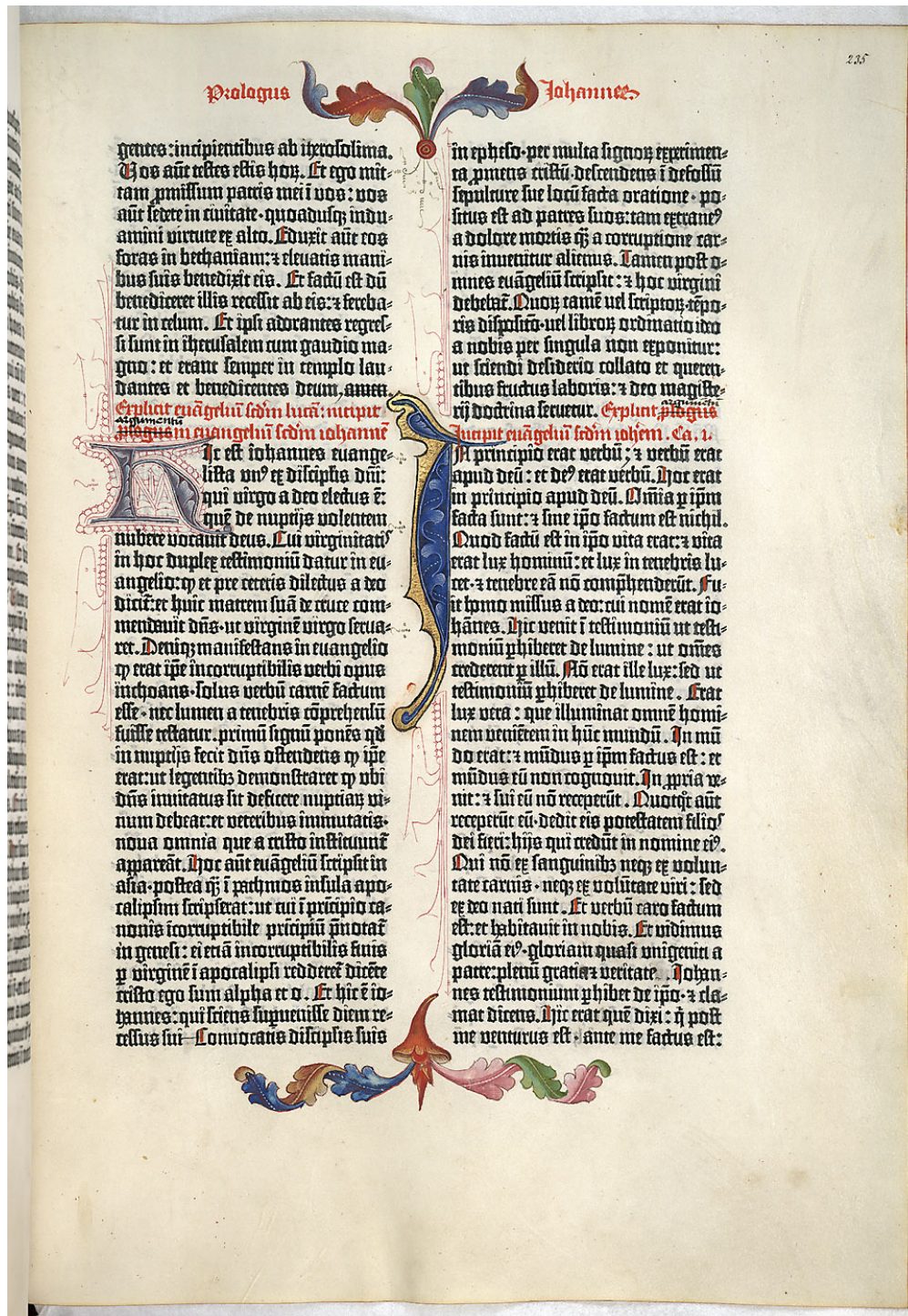


Figura 18 . Página da Bíblia de 42 linhas de Gutenberg. A fonte gótica e a diagramação das colunas remontam ao método de composição dos manuscritos medievais.



O uso de tipos romanos não foi o único fruto do pensamento humanista. Segundo Hotchkiss (1963), a impressão de Johann Froben, realizada em 1516 para a primeira tradução do Novo Testamento de Erasmo de Rotterdam (Figura 20), apresenta outros aspectos como a abertura de livros em novas páginas, o modo das aberturas de capítulos dos livros atuais (influência essa não seguida imediatamente por outros impressores da época, mas totalmente adotada nos modelos mais tardios), o valor pelo resgate da estética Bizantina nos desenhos dos tipos gregos e das ilustrações e o uso de versaletes nos títulos. Outro traço humanista dessa Bíblia é a apresentação do texto grego concomitante ao latim, numa busca pela tradução mais fiel do texto “original” das Escrituras.

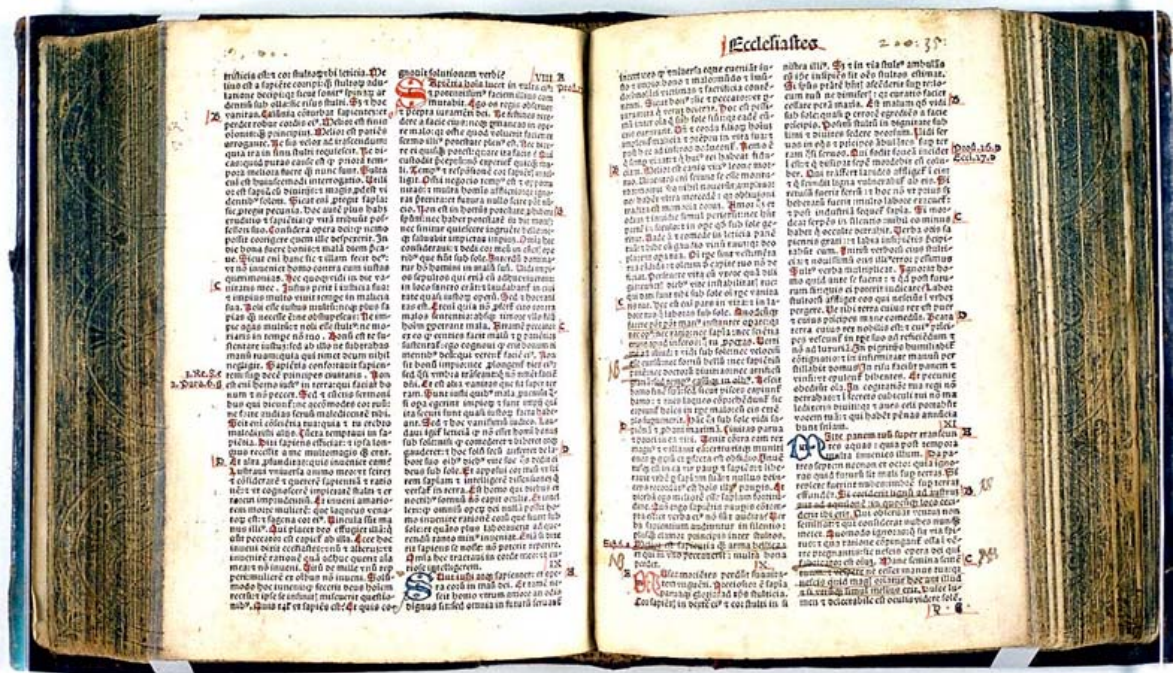


Figura 19. “Bíblia do homem pobre”. Produzida em 1491 por Johann Froben trazia esse epípeto em função do baixo custo de produção de seu formato (in oitavo) e pela portabilidade.

Já a Bíblia de Lutero traz consigo outro grande significado pois representa a abertura do Livro a todo povo cristão através de sua tradução ao vernáculo. Assim como a famosa Bíblia de Gutenberg, a tradução de Lutero não chega a ser simbolicamente importante pela sua originalidade, mas pelas circunstâncias que a envolviam. De fato, outras traduções ao vernáculo já haviam surgido muito tempo antes, desde os primórdios do Cristianismo e, mesmo durante a Idade Média, não chegava a ser incomum a elaboração de outras traduções.





Figura 20 . Abertura do Evangelho Segundo Mateus, no Novo Testamento de Johann Froben, 1516, onde o latim é apresentado na gestual fonte romana enquanto o grego reproduz o traço cursivo dos manuscritos helênicos.

Durante o primeiro milênio de sua existência, a Igreja não promulgou qualquer lei a respeito da leitura da Bíblia no vernáculo. Os fiéis eram, ao contrário, incentivados a ler os Livros Sagrados de acordo com suas necessidades espirituais. Os próximos 500 anos mostraram apenas regulamentações locais acerca do uso da Bíblia no vernáculo. (HERBERMANN, 2003, p.1260)

Mesmo a língua alemã já conhecia outras versões da Bíblia Sagrada desde 1350 aproximadamente (VOLZ, 1963, p.94). Lucien Febvre (1982) chega a indicar que essas versões chegariam a 19 edições diferentes. O fato é que as traduções trazidas com a Reforma implicaram em uma atitude responsiva de total impedimento por parte da Igreja Romana a quaisquer práticas envolvendo a tradução e leitura dos livros sagrados que não estivessem escritos em latim, particularmente as cópias inspiradas na Vulgata de São Jerônimo, e que não fossem mediadas por clérigos em situações e espaços devidamente estabelecidos.

Durante o recesso do Concílio [de Trento] (1552-1562), Pio IV publicou a bula *Domini gregis custodias*, que estabelecia as regras para a elaboração do *Índice dos Livros Proibidos*, incluindo a proscrição da Bíblia em traduções para as línguas vernáculas. (ZIMMER, 2006, p. 125)

O que a Bíblia de Lutero (Figura 21) representa, se não pela originalidade na tradução, é o começo de um movimento que impulsionou a retomada do interesse pela leitura do Livro Sagrado pelos leigos até então conformados com a mediação da Igreja. Se já é consenso que o surgimento da imprensa foi o grande impulsionador da Reforma Protestante, é notório também que se deve a essa última o fato de a Bíblia ter sido produzida tão largamente a partir daquela tecnologia. Lucien Febvre (1992, p.407) destaca que, apesar do aumento considerável na produção de livros religiosos com o advento da imprensa, essa não representaria, em relação aos demais livros de outras naturezas, senão “uma porcentagem diminuída”. De fato, os movimentos de contestação trazidos pelos reformadores, assim como o ávido impulso missionário desses em prol da propagação do Evangelho aos povos além da Europa, fez com que houvesse a necessidade de uma produção intensa da Bíblia e que, ainda como frutos do pensamento humanista que afluía, deveriam seguir cada vez mais as traduções vernaculares.

Alguns dos avanços mais consideráveis, no que se trata da leitura hipertextual da Bíblia, se deram nesse contexto em que uma nova formação canônica e o uso da Bíblia como instrumento da nova doutrina impulsionaram uma leitura cada vez mais acadêmica e, contraditoriamente, também mais fundamentalista.



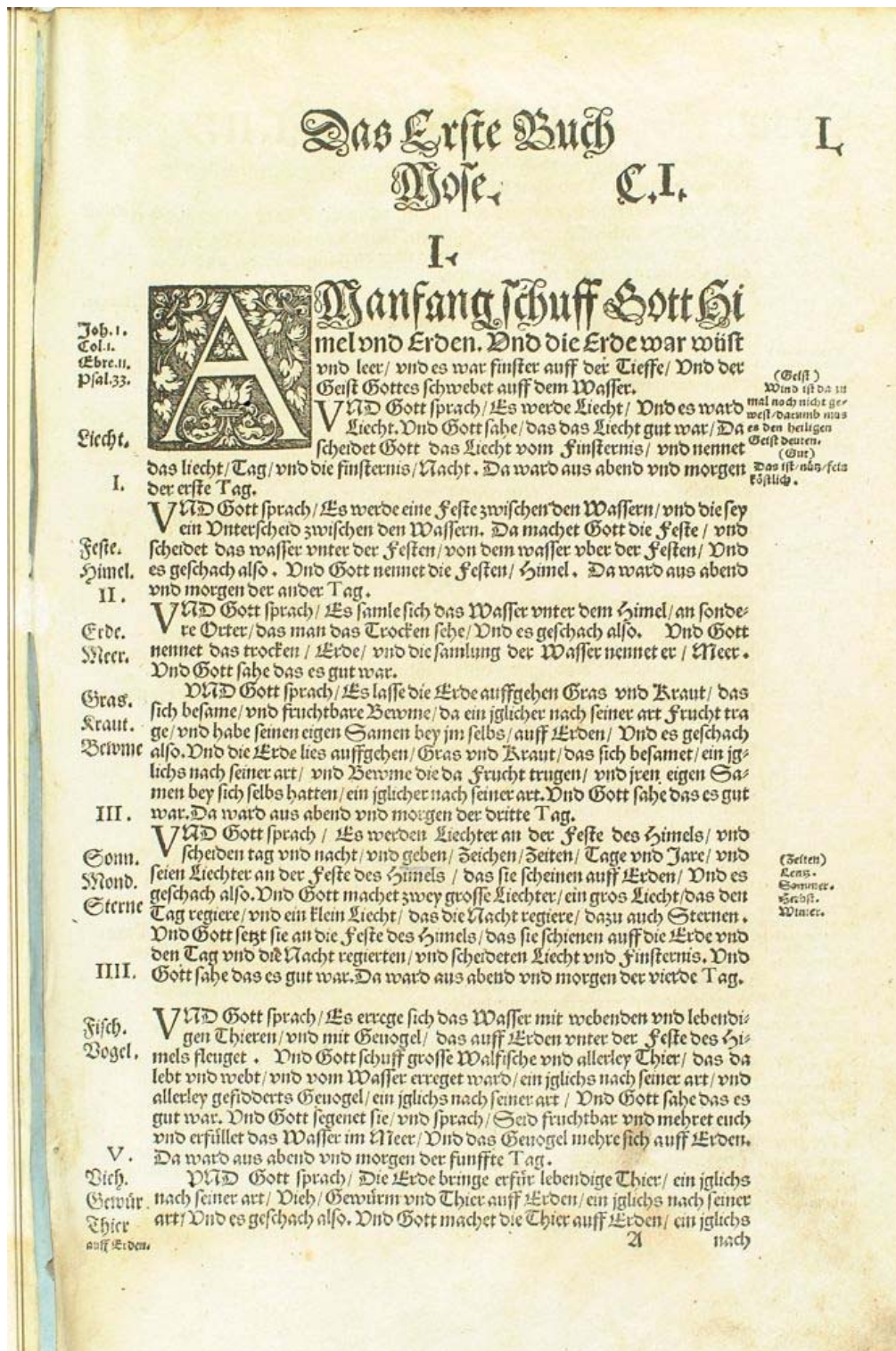


Figura 21 . Bíblia de Lutero (Gênesis), 1545. O uso de fonte gótica em data relativamente tardia retrata tanto um resgate às tradições quanto o nacionalismo impresso nas páginas da Bíblia.

### 2.4.2. A Bíblia na academia

Desde suas origens o Cristianismo debateu-se acerca de sua identidade. Em meio a diversas correntes doutrinárias que interpretavam, a seu modo, a mensagem bíblica e as tradições da religião que surgia, percebeu-se a necessidade, entre as primeiras comunidades cristãs, em afirmar as idéias que deveriam sustentar e orientar as práticas da Igreja.

Uma das primeiras grandes discussões girava em torno da noção de cânon bíblico e da constituição daquele que seria o grande Livro sagrado da nova religião. Tendo-se, enfim, afirmado o cânon definitivo, outras questões ainda estavam por surgir. E no seio dessas discussões, a Bíblia foi, desde sempre, tida como o fundamento original de todos os conceitos e fonte de afirmação das doutrinas eclesásticas. A exegese<sup>41</sup> bíblica tornou-se, a partir de então, prática comum e necessária aos primeiros teólogos. Durante os dez primeiros séculos, desde seu surgimento, a Bíblia Sagrada foi lida, interpretada, traduzida, editada e reescrita diversas vezes, sempre na busca da verdadeira mensagem cristã. Mas em poucos momentos, desde sua canonização, a Bíblia foi tão profundamente investigada como seria a partir dos anos seguintes.

Os séculos XII e XIII viram florescer na Europa Medieval as primeiras instituições de nível superior que seriam os modelos das atuais universidades. Além dos costumeiros estudos teológicos realizados no interior dos mosteiros, a busca agora se concentrava também nas disciplinas filosóficas e nas novas formas de exegese bíblica.

A tônica era dada às disciplinas filosóficas, mais do que à teologia. O *sic et non* (“sim e não”) dialético de Pedro Abelardo (1079-1142), uma compilação de postulados contraditórios dos fundadores da Igreja e da Bíblia, assim como o método escolástico tripartite tese-antítese-síntese, fizeram recuar a obediência cega às *auctoritates*, e os métodos de ensino baseados no monólogo caem em desuso. (MÜLLER, 2005, p.34)

É esse período que Febvre e Martin classificam como “período leigo” da história do livro manuscrito medieval em contraposição ao “período monástico” anterior:

Ao longo dos sete séculos que decorreram desde a queda do Império Romano até o século XII, foram realmente os mosteiros e, acessoriamente, o conjunto dos outros estabelecimentos eclesásticos que conservaram o monopólio quase integral da cultura livresca e da produção do livro. Não é menos certo, por outro lado, que a partir do final do século XII interveio uma profunda modificação e que as transformações intelectuais e sociais, trazidas especialmente pela

---

<sup>41</sup> “O ramo da teologia que investiga e expressa o verdadeiro sentido das Escrituras Sagradas” (MAAS, 1909, p. 1371, tradução nossa).

fundação das universidades e pelo desenvolvimento da instrução entre os leigos, ao mesmo tempo em que se formava uma nova classe burguesa, tiveram repercussões profundas nas condições em que os livros eram compostos, escritos, copiados e difundidos. (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.22).

A leitura da Bíblia deixava de ser exclusiva e auto-referencial e passava a ser alvo de críticas e debates também a partir da leitura de outros textos. A importância desse período para a construção da sua hipertextualidade se deu no sentido em que diversos recursos gráficos foram adotados na reprodução das Escrituras de modo a facilitar os estudos dos textos tanto no que se refere ao manuseio quanto à interpretação. A exegese bíblica ganhou corpo fora dos mosteiros e os leigos acadêmicos passaram a fazer uso do Livro na busca dos “verdadeiros sentidos” da Palavra. Assim, a interpretação literal e linear já não eram suficiente para fundamentar os argumentos a favor da intervenção divina na humanidade. Era preciso contextualizar os fatos, relacionar os textos entre si, revisar as traduções, entender os textos à luz da tradição e uma série de práticas que guiarão ao verdadeiro conhecimento da mensagem de Deus.

Evidentemente, ao relacionar esse período aos avanços significativos da leitura hipertextual da Bíblia, não se desconsidera os diversos momentos em que, por toda a sua história anterior, seus leitores, clérigos ou não, souberam adequar sua leitura às necessidades do contexto. De fato, desde seu surgimento no seio do Judaísmo, a Bíblia já encontrara diversos instrumentos para auxílio na sua leitura. As *midraxim* (métodos de exegese judaica) deram origem a algumas práticas de leitura que foram herdadas e adaptadas pelos cristãos na sua Bíblia.

Por outro lado, tão longa e diversa é a tradição exegética na história da Bíblia Cristã que a pretensão de tratá-la em toda sua profundidade seria tão ousada quanto infactível. Assim, são expostas aqui, bastante superficialmente, algumas práticas exegéticas mais significativas no sentido de sua importância para a leitura hipertextual da Bíblia a partir da ótica dos instrumentos gerados como auxiliares nesse tipo de leitura.

Dos instrumentos mais importantes para a leitura hipertextual destacam-se, primeiramente, dois grupos que estão interligados entre si pelo elemento comum já descrito, a exegese, mas que originam tratamentos específicos. O primeiro grupo é formado pelos instrumentos de referências, mais especificamente as concordâncias e glosas<sup>42</sup>. O segundo grupo é formado pelas subdivisões e referências marginais.

---

<sup>42</sup> Do Grego. *glossa* “fala estranha”. Raiz do termo “glossário”, lista explicativa de palavras.



### 2.4.2.1. Glosas e concordâncias

A origem do primeiro grupo se deu com a necessidade de auxiliar a interpretação do texto a partir de comentários (glosas) e indicações (concordâncias) a outras partes do livro. A presença das glosas aconteceu desde muito cedo na história da Bíblia. Supõe-se inclusive que, em alguns casos, essas anotações, que visavam esclarecer uma passagem nebulosa ou oferecer uma interpretação que sustentasse os argumentos doutrinários da comunidade, tenham sido incorporadas através das reproduções tardias ao corpo principal do texto. Essa seria a explicação, por exemplo, de algumas repetições entre livros diversos. Peter Ackroyd (1970, p.77) destaca a relação entre os trechos de *Is 2, 2-4* e *Mq 4, 1-4* que narram uma profecia cujas diferenças literárias são mínimas e relacionam-se a contextos distintos (Quadro 2). Para ele, “o mesmo princípio deve ser aplicado a todos esses casos onde parece que o texto foi glosado por um editor ou escriba”. Nesse caso, uma das duas passagens teria sido acrescentada como glosa em relação à outra e copiada, mais tarde, como parte do trecho principal.

O fato é que essas anotações laterais, mesmo quando não inseridas no texto, como no caso acima, também acabam fazendo parte da leitura e alguns exemplos mostram que elas são realmente uma leitura paralela de corpo significativo. Os exemplos talvez mais conhecidos em que a presença das glosas praticamente altera a imagem gráfica do texto são as chamadas *glossa ordinária* (Figura 22) e *glossa interlinearis* (Figura 23). Elas eram reproduções bíblicas onde o espaço para as glosas praticamente dominava toda a página. Os dois modos de apresentação desses comentários nas páginas tiveram suas origens tradicionalmente relacionadas, respectivamente, a Walafrid Strabo (séc IX) que teria criado a idéia de anotar nas margens em torno do corpo principal do texto, e a Anselmo de Laon (séc XII) que teria escolhido colocar as anotações nas entrelinhas do texto principal (GIGOT, 1909)<sup>43</sup>. No entanto, Beryl Smalley (1969, p.205) ressalta que a fixação da autoria de criação a esses dois nomes obscurece os trabalhos de outros autores anteriores e posteriores.

Em alguns casos, os espaços reservados para as glosas marginais eram significativamente maiores que o do corpo de texto principal. Sua leitura se tornava privilegiada pelo tamanho enquanto o texto principal era privilegiado pela posição, geralmente central e com corpo de texto mais destacado. Naturalmente, as *glossas ordinárias* não eram simples Bíblias de leitura direta, elas equivaleriam às chamadas Bíblias de estudo atuais.

As *glossas interlineares* também ocupavam espaços significantes no corpo de texto, mas sua característica mar-

*Nos últimos dias, acontecerá que o monte da Casa do SENHOR será estabelecido no cimo dos montes e se elevará sobre os outeiros, e para ele afluirão todos os povos. Is. 2, 2.*

*Mas, nos últimos dias, acontecerá que o monte da Casa do SENHOR será estabelecido no cimo dos montes e se elevará sobre os outeiros, e para ele afluirão os povos. Mq 4, 1.*

Quadro 2 . Reprodução do primeiro versículo das duas passagens citadas.

<sup>43</sup> É importante destacar que a Bíblia não foi o único suporte de tais recursos, como vemos no caso da *Decretales cum glossa* do Papa Gregório IX, impresso em 1473.

cante era o fato de exigir uma composição de entrelinhas e variações nos corpos dos textos. Interessante era o fato de, na sua composição, elas acompanharem o movimento do texto principal, funcionando como uma legenda mais direta àquilo que comentava. Desse modo, a leitura do texto sagrado ficava comprometida na sua linearidade mas, assim como sua antecessora, essa forma de publicação tinha finalidades específicas.

Ainda que os espaços para as glosas fossem reservados pelo escriba ou impressor na composição das páginas, era comum encontrar exemplos onde as páginas ainda reservavam espaços para anotações posteriores. Assim, além dos comentários do exegeta que editou o Livro Sagrado, era permitido ao leitor acrescentar suas próprias idéias estabelecidas em uma aula ou durante um sermão (Fig. 24).



Figura 22 . Glosa ordinária atribuída a Walafrid Strabo (séc. IX). A parte central corresponde ao texto principal, enquanto às margens situam-se os comentários.



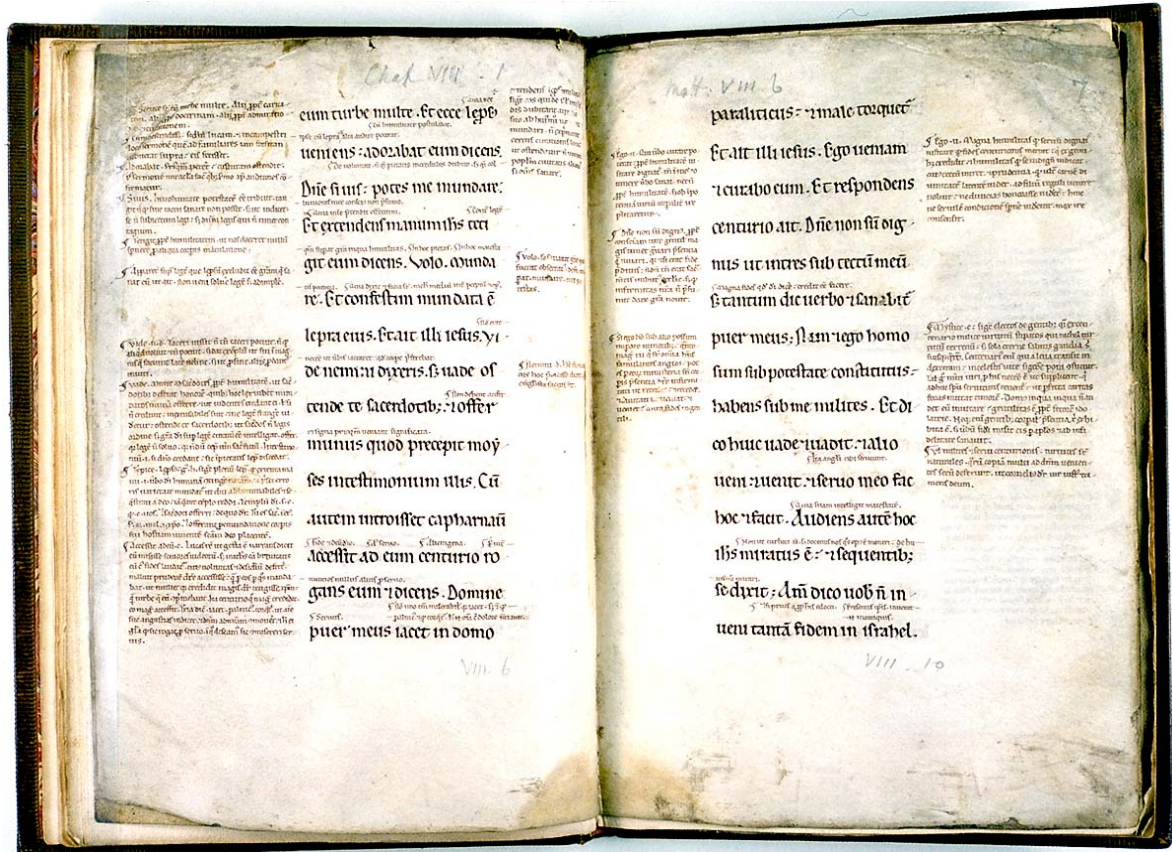


Figura 23 . Bíblia com glosas nas margens e nas entrelinhas. O corpo de texto maior corresponde ao texto principal da Bíblia.

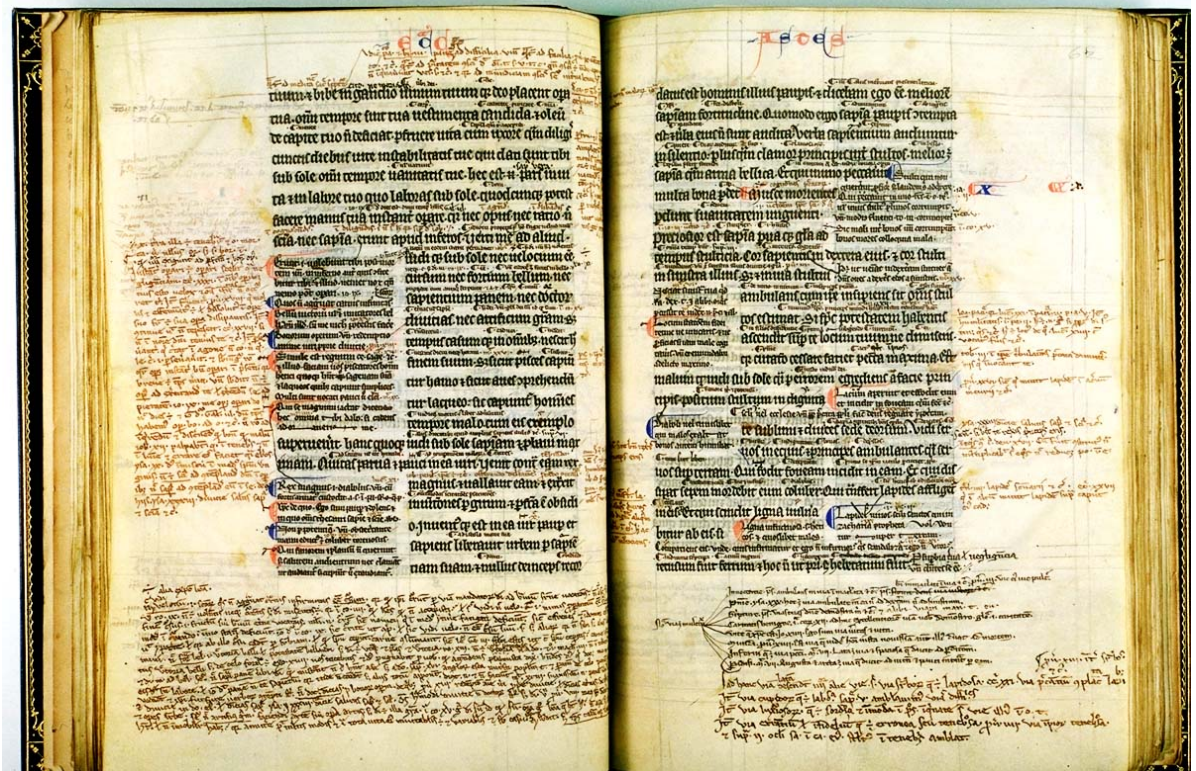


Figura 24 . Bíblia com glosa ordinária, comentários marginais e interlineares do leitor.

Apesar de alguns exemplos de glosas terem surgido desde o início da história bíblica, como dito anteriormente, nenhum período veria, desde então, um florescimento nos comentários e sua inserção no Livro sagrado como os séculos XII e XIII.

É então que surgem também, como instrumento didático de leitura da Bíblia, as concordâncias. Essas se apresentavam como índices dos termos que se distribuíam pelo texto bíblico e que buscavam ajudar o leitor a encontrar as passagens às quais se referiam. Atribui-se a origem das concordâncias aos frades dominicanos no início do século XIII (Fenlon, 1908). Sem dúvida, no universo quase infinito de termos que compõem as passagens do Livro Sagrado, a existência de uma lista de concordâncias agilizaria significativamente o manuseio, principalmente nos debates acadêmicos que se tornavam comuns nesse período.

#### **2.4.2.2. Subdivisões e referências marginais**

Apesar de muito úteis, as concordâncias não poderiam ter existido antes da criação de um sistema de composição dos textos que permitisse encontrar partes isoladas dos livros que compunham a Bíblia. São esses recursos que formam o segundo grupo de instrumentos hipertextuais apresentados.

As divisões em capítulos, fruto das necessidades acadêmicas dos séculos XII e XIII, foram inovações tão importantes para a tradição bíblica que, depois de fixadas, jamais foram abandonadas (além do que, incrivelmente, jamais foram contestadas ou alteradas, mesmo em meio às diversas cisões e disputas teológicas posteriores).

As separações entre os livros aconteciam de forma natural, uma vez que sempre se entendeu a Bíblia como o agrupamento de livros antes separados e unidos após sua canonização. No entanto, uma vez iniciada a leitura, o Livro apresentava o texto de modo contínuo, como provavelmente fora escrito por seus autores.

As divisões em capítulos que encontramos atualmente surgiram somente no século XIII, o que não significa que não houvesse propostas anteriores. De fato, é comum encontrar referências aos *kephalaia* (Figura 25). Elas são separações dos textos evangélicos em trechos segundo as idéias ou mensagens descritas no texto. Não há registro de quando teriam surgido, mas elas já se encontram presente no Códice Alexandrino, do século V. Mais antigo, o *Codex Vaticanus*, no IV século, já apresentava um tipo de divisão do seu texto, mas não de uma forma tão organizada quanto as *kephalaia*.

Uma forma de dividir as várias partes dos livros, especificamente os Evangelhos, que apresentou um uso bastante peculiar foi desenvolvida por Ammonius de Alexandria, no século II d.C (RYRIE, 1998). Essa divisão foi usada por Eusébio de Cesárea para a elaboração de tábuas canônicas



sébio de Cesárea para a elaboração de tábuas canônicas que estabeleciam relação entre as passagens em comum nos quatro evangelhos (Figura 26). Assim, um trecho em Mateus, por exemplo, era dividido e relacionado com uma passagem similar nos outros três livros. Muitas Bíblias, tanto em latim quanto em grego, apresentavam essa tabela que, normalmente, era elaborada através de ilustrações ricas e com elementos simbólicos representando os evangelistas (WORMALD, 1969).

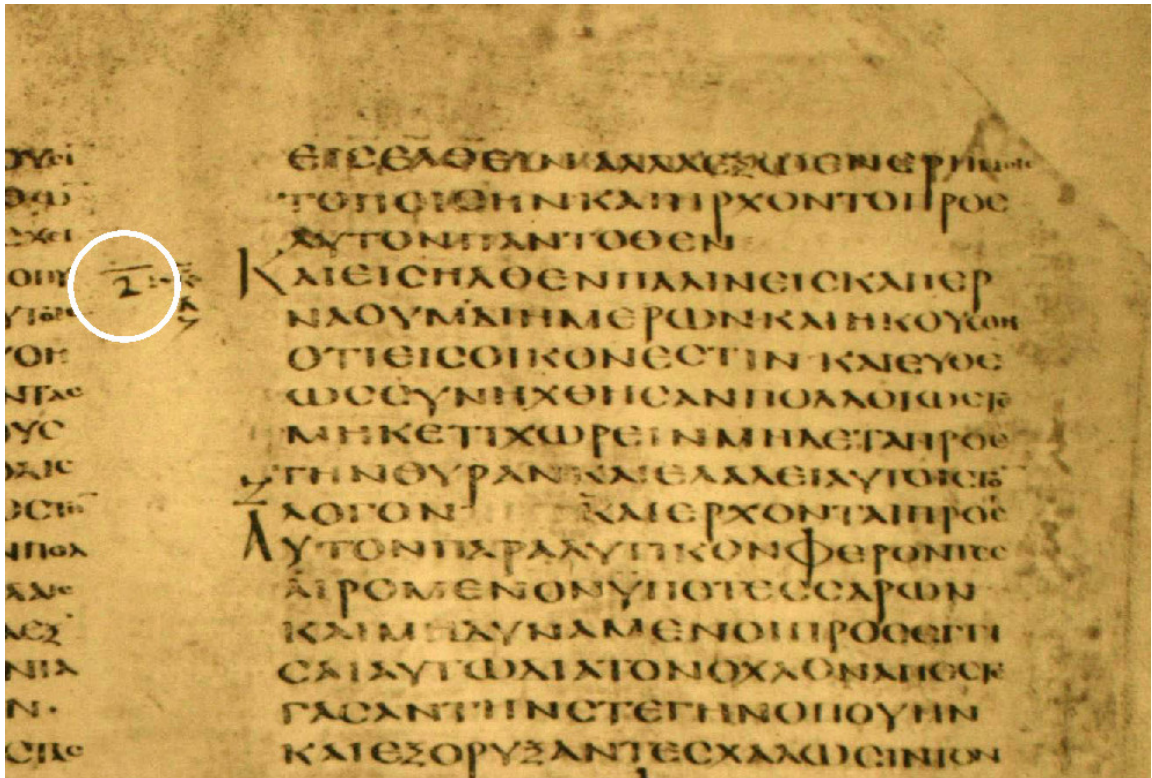


Figura 25 . Kephalaia número 2, no livro de Marcos.  
*Codex Alexandrinus*, século V d.C.

Apesar de todas essas experiências, a divisão que foi adotada universalmente nas diversas reproduções da Bíblia Sagrada surgiu entre os anos de 1206 e 1231, quando o arcebispo inglês Stephen Langton desenvolveu o sistema aplicando-o à Bíblia latina de sua época (LOEWE, 1969; WHITE, 1998; KONINGS, 1998). Como professor, sua intenção era naturalmente didática. A divisão em capítulos facilitava substancialmente a leitura hipertextual tão necessária aos estudantes do texto sagrado. Diferente das demais experiências anteriores, a proposta de Langton era uma divisão na estrutura narrativa do texto. Assim, o começo de uma nova história, poesia ou conjunto de discursos similares era marcado por um capítulo.



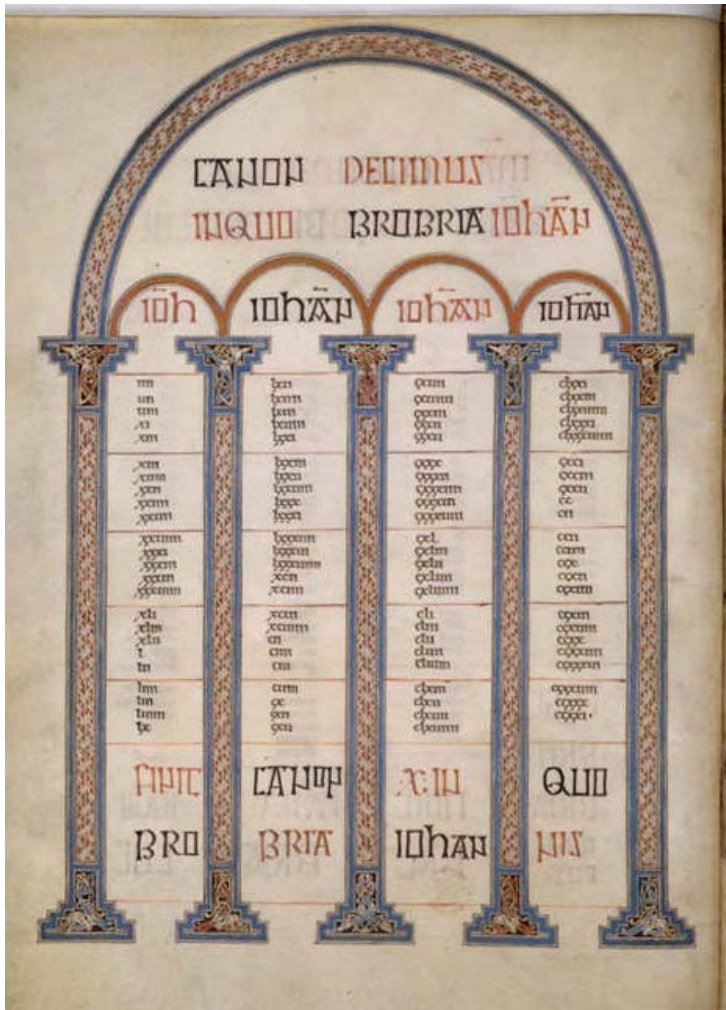


Figura 26 . Tabela canônica na Bíblia de Lindisfarne. Século VII.

É certo que, em alguns casos, essa forma de divisão não respeitou rigorosamente a totalidade da narrativa, como acontece, por exemplo, entre os capítulos 8 e 9 do Evangelho de Marcos:

**Capítulo 8, verso 38:**

Porque qualquer que, nessa geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos.

**Capítulo 9, verso 1:**

Dizia-lhes ainda: Em verdade vos afirmo que, dos que aqui se encontram, alguns há que, de maneira nenhuma, passarão pela morte até que vejam ter chegado com poder o reino de Deus.

**Capítulo 9, verso 2:**

Seis dias depois, tomou Jesus consigo a Pedro, Tiago e João e levou-os sós, à parte, a um alto monte. Foi transfigurado diante deles;

Quadro 3 . Passagem entre os capítulos 8 e 9 no livro de Marcos.

Percebe-se, no exemplo acima, que a próxima narrativa deveria ter seu começo marcado no que, atualmente, considera-se o segundo versículo do capítulo 9, enquanto o versículo primeiro encerraria o capítulo anterior. Essa divisão é atualmente a utilizada em todas as versões bíblicas do Cristianismo Católico e Protestante. E é a partir dela que todas as concordâncias passaram a ser feitas.

Originalmente, as divisões entre os capítulos e trechos mais significativos dos textos eram feitas por meio da colorização ou outro destaque iniciais (DIRINGER, 1982). As Bíblias em capítulos de Langton seguiram essa tradição, como mostra a figura 27. Para os copistas que produziam a Bíblia manuscrita, não era problema a inserção dos números nas margens externas dos textos. Com o advento da imprensa, no entanto, essa técnica encontrou dificuldades no começo, fazendo com que os primeiros impressores tivessem de inserir as mudanças de capítulos no corpo do texto, primeiramente numa linha entre um capítulo e outro, em seguida agregando os números ao início do próximo parágrafo.



Figura 27 . Bíblia francesa, século XIII. Uma das primeiras edições com a divisão em capítulos de Langton. Nota-se a marcação do capítulo na marginal do texto.



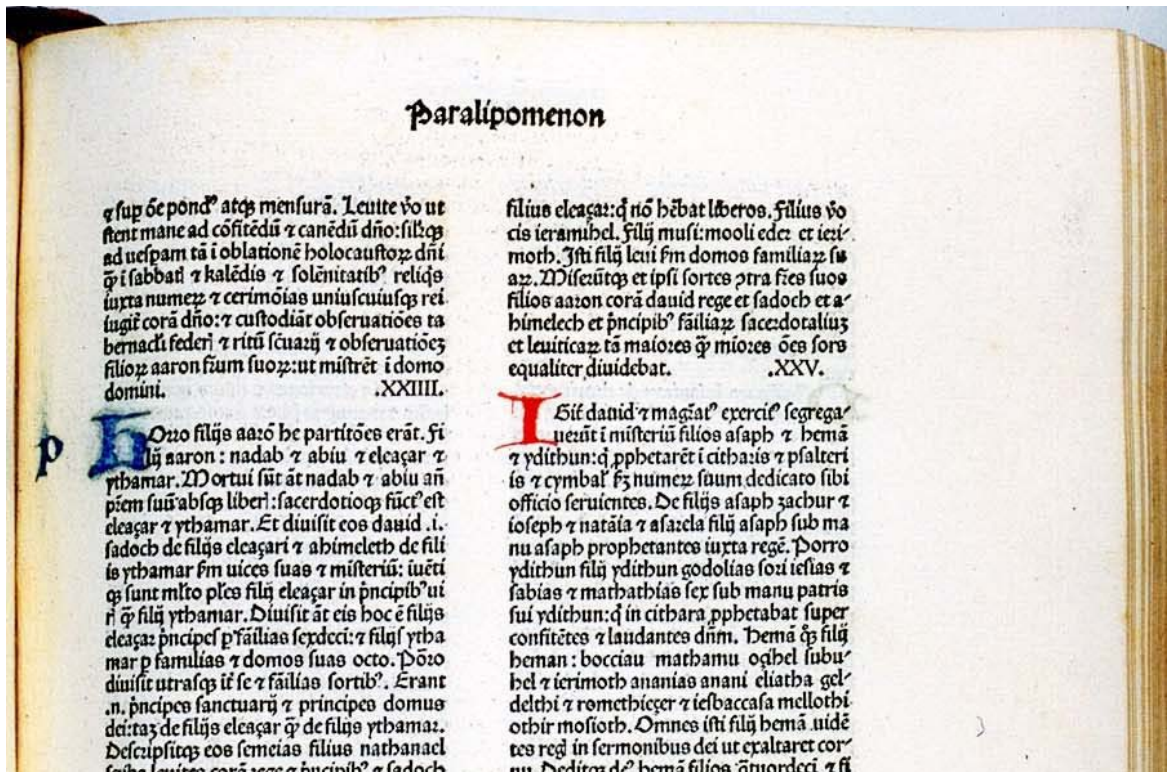


Figura 28 . Detalhe de Bíblia latina impressa por Nicolas Jenson (1476). Nota-se a divisão em capítulos entre uma linha e outra. A tradição de marcar um novo capítulo por meio de uma rubrica na primeira letra ainda mantida, nesse caso, era feita posteriormente à mão.

O período que sucedeu a reprodução impressa testemunhou também alguns dos mais importantes avanços gráficos no que se refere à hipertextualidade da Bíblia Sagrada. Certamente, como já se mencionou, alguns desses avanços aconteceram devido aos aprimoramentos trazidos pela nova tecnologia. Mas, sem dúvida, foi graças ao ímpeto acadêmico e às influências exegéticas que novos instrumentos surgiriam para formar definitivamente a imagem de Bíblia como a conhecemos hoje.

A Reforma Protestante foi, nesse contexto, forte impulsionador das transformações. Assim como o ocorrido a partir das reformas acadêmicas dos séculos XII e XIII, o século XVI viu construir-se uma nova arena de debates que culminariam não só em novas formas de manusear a Bíblia como na sua configuração propriamente dita. Nesse sentido, Martinho Lutero, na sua tradução ao alemão, trazia não somente a Bíblia à língua vernácula, o que não chegava a ser o fator original em si, mas questionava a autoridade de alguns livros, inclusive sua canonicidade, reconfigurando a estrutura do Livro Sagrado.

Unicamente devia ser valorizado o que estava baseado na Escritura; mas dentre os numerosos e diversificados testemunhos da Bíblia, se devia escutar “aquilo que leva a Cristo”. A partir daí, pôde Lutero, no prefácio à primeira edição do Novo Testamento traduzido para o alemão

(1522), expressar fortes dúvidas quanto à apostolicidade de alguns escritos neotestamentários (sobretudo da Carta aos Hebreus, das Cartas de Tiago e de Judas, do Apocalipse de João – todos colocados propositadamente no fim do cânon) crítica essa que era fundamentada menos do ponto de vista histórico como teológico. (KLAIBER; MARQUARDT, 1999, p.46)

Esse foi o primeiro passo para uma nova canonização da Bíblia que reduziria sete livros do Antigo Testamento à categoria de Apócrifos (cf. p.3). Isso afetou não somente a composição, mas o modo como se faziam as referências aos textos e daria início a embates teológicos intensos que originaram recursos gráficos importantes para a hipertextualidade da Bíblia.

Poucos nomes teriam, nesse momento, tanta importância, no que se trata de exegese e hipertextualidade bíblica no século XVI, quanto os do acadêmico protestante, impressor, tradutor e francês Robert Estienne (Stephen em inglês, Stephanus em latim) (1503-1559), e do impressor alemão Johann Froben (1460-1527). Esse último destaca-se por alguns avanços gráficos descritos anteriormente (cf. p.12-14).

Quanto ao primeiro, seu feito mais conhecido é, sem dúvida, um dos mais importantes no que se trata de hipertextualidade bíblica. No contexto das disputas teológicas de sua época, particularmente na companhia de outros ousados acadêmicos parisienses, Estienne desenvolveria, em 1551, a divisão do texto bíblico em versículos (BLACK, 1970; KONINGS, 1998; SWETE, 2001).

O que parece uma tarefa simples, e até pouco original, afetou sobremaneira o comportamento dos cristãos a partir de então em relação à forma de leitura da Bíblia. Quanto à sua originalidade, há realmente fatos que atestam que ele não teria sido o primeiro a empreender tal tarefa.

Mais uma vez, referências a esses tipos de divisões nos comentários bíblicos judaicos (Massorás e Talmud) precedem sua presença na Bíblia Cristã (SWETE, 2001). Outros tipos de divisões subcapitulares já se encontravam também nas edições em grego, dos quais, além dos *kephalaia*, destacam-se as divisões alfabéticas de trechos dos Salmos, onde algumas partes são nomeadas de acordo com as letras do alfabeto hebraico (essa tradição ainda é mantida em algumas edições da Bíblia). Elas surgem de acrósticos poéticos em que cada linha do poema começa com uma letra do alfabeto.

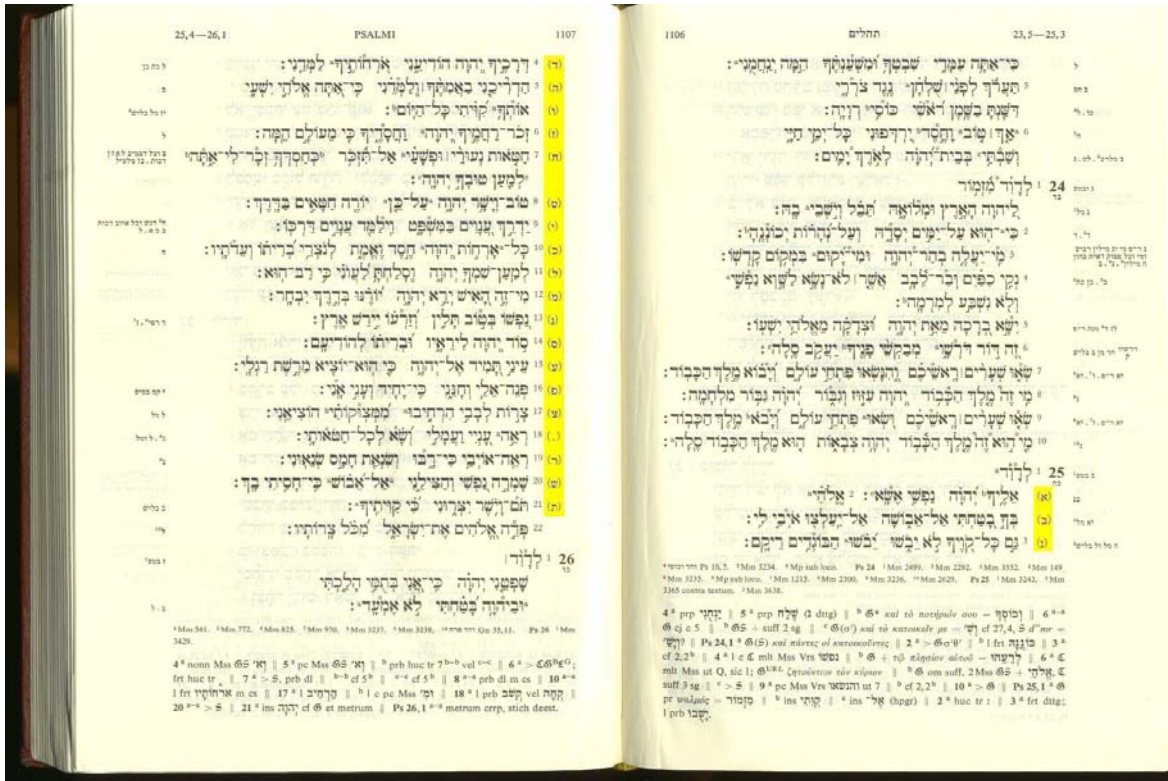


Figura 29 . Passagem do Salmo 25 em hebraico onde a lista alfabética marca cada linha do poema (vale lembrar que a leitura é feita da direita para a esquerda).

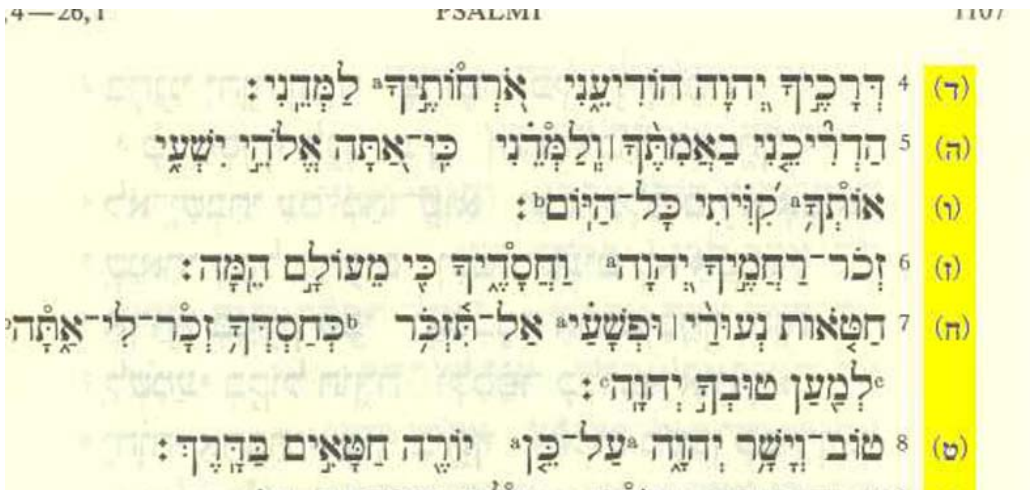


Figura 30 . Detalhe da página com a indicação da letra dâleph (D) correspondendo ao versículo 4, em diante.



955 SALMOS 8-9-10

<sup>10</sup>Iahweh, Senhor nosso,  
quão poderoso é teu nome  
em toda a terra!

**SALMO 9-10**

*Deus abate os ímpios e salva os humildes<sup>p</sup>*

<sup>1</sup>Do mestre de canto. Para oboé e harpa.<sup>q</sup> Salmo. De Davi.

<b>Alef</b>	<sup>2</sup> Eu te celebro, Iahweh, de todo o coração, proclamo todas as tuas maravilhas!	= Sl 138,1
<b>Bet</b>	<sup>3</sup> Eu me alegre e exulto em ti, e toco ao teu nome, ó Altíssimo!	
<b>Guimel</b>	<sup>4</sup> Meus inimigos voltam atrás, tropeçam e somem à tua presença, <sup>5</sup> pois defendeste minha causa e direito: sentaste em teu trono como justo juiz. <sup>r</sup>	Sl 7,9-12; 89,15
<b>Hê</b>	<sup>6</sup> Ameaçaste as nações, destruíste o ímpio, para todo o sempre apagaste o seu nome. <sup>7</sup> O inimigo acabou, para sempre em ruínas, arrasaste as cidades, sua lembrança sumiu.	Gn 19,23-25
<b>Waw</b>	<sup>8</sup> Eis <sup>s</sup> que Iahweh sentou-se para sempre, para o julgamento firmou o seu trono. <sup>9</sup> Ele julga o mundo com justiça, governa os povos com retidão.	Sl 96,13; 98,9
<b>Záin</b>	<sup>10</sup> Seja Iahweh fortaleza para o oprimido, fortaleza nos tempos de angústia. <sup>11</sup> Em ti confiam os que conhecem teu nome, pois não abandonas os que te procuram, Iahweh!	Is 25,4 = Sl 37,39
<b>Het</b>	<sup>12</sup> Tocai para Iahweh, que habita em Sião; narrai entre os povos as suas façanhas: <sup>13</sup> ele busca os assassinos, lembra-se deles, <sup>t</sup> não se esquece jamais do clamor dos pobres.	Sl 7,18+ Jô 16,18+
	<sup>14</sup> Piedade, Iahweh! Vê minha aflição! <sup>u</sup> Levanta-me das portas da morte, <sup>15</sup> para que eu proclame os teus louvores, e com tua salvação eu exulte às portas da filha de Sião!	Sb 16,13

*p)* Os Sl 9 e 10 originalmente formavam um só poema (e assim continua no grego e Vulg.): o arauto dos "pobres" (cf. Sf 2,3+) descreve num hino e implora numa prece a vinda do julgamento divino sobre os ímpios. O Salmo é "alfabético" (cf. Pr 31,10+), mas diversas letras não têm estrofes correspondentes no texto recebido, que está em mau estado.

*q)* Sentido incerto. O hebr. pode ser traduzido literalmente: "sobre (a ária de) morrer para o filho".

*r)* Considera-se o julgamento divino como realizado, sendo que o "dia de Iahweh" o trará à luz. Este tema escatológico é frequente nos Sl.

*s)* "Eis": *hinneh*, conj.; "eles e": *hemmah we*, hebr.

*t)* Lit.: "ele busca o sangue derramado, lembra-se dele".

*u)* O hebr. acrescenta: "por causa daqueles que me odeiam".

Figura 31 . Algumas edições atuais da Bíblia ainda mantêm a divisão judaica pelas iniciais dos poemas.

Alguns autores apressam-se a identificar ainda que, mesmo para a divisão da Bíblia cristã, essa teria ocorrido primeiramente em 1528 em uma tradução do Antigo Testamento latino feita por São Pagnini. Essa não teria, no entanto, tido sucesso (SWETE, 2001), pelo que Matthew Black (1970) atribui, dentre outros aspectos, ao fato de a forma gráfica com que esse se apresentava não facilitava a orientação do leitor, uma vez que os números dos versos eram anotados nas margens, enquanto suas marcações apareciam através de sinais de parágrafos no interior dos textos.

Um dos principais resultados da divisão em versículos relaciona-se ao modo de leitura que passa a se tornar mais fragmentada, uma vez que cada verso ganha destaque e, conseqüentemente, mais importância. Ainda que as Bíblias católicas também adotassem esse sistema de divisões, foi no ambiente protestante que ele se viu cada vez mais utilizado.

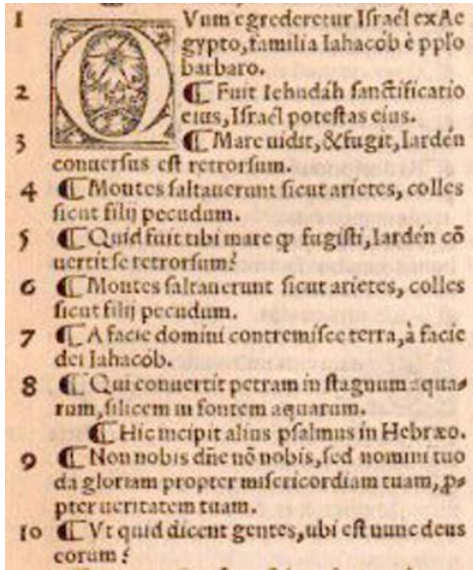


Figura 32 . Detalhe da Bíblia com a divisão em versículos de S. Pagnini (1528).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510311/CA



Figura 33 . A Bíblia em versículos, de Robert Estienne, 1551. Nota-se nela a separação dos mesmos com a referência aos números na marginal.

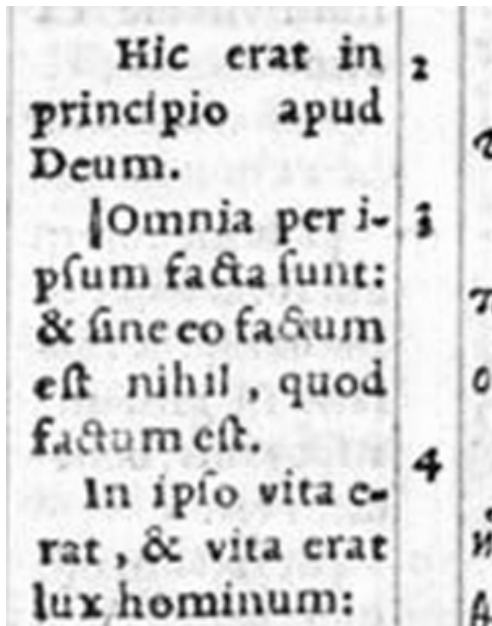


Figura 34 . Detalhe da Bíblia em versículos de Estienne.

Na busca pela afirmação de suas crenças, os protestantes, durante os anos que se seguiriam, compartilharam entre clérigos e leigos a responsabilidade pela propagação das mensagens bíblicas fundadas no conceito de sacerdócio universal dos reformadores. Assim, ao fiel parcamente alfabetizado, era conveniente o acesso a pequenos trechos que sintetizassem as verdades bíblicas que sustentavam suas pregações. O que, por um lado, foi bastante interessante na medida em que permitiu maior acessibilidade aos impenetráveis textos do Livro Sagrado, por outro, proporcionou uma série de práticas de leituras fundamentalistas que, apoiadas ainda no dogma da inspiração verbal das palavras bíblicas, faziam com que cada versículo, ainda que visto totalmente fora de contexto, pudesse ser fundamento de verdades universais.

Graficamente, a divisão em versículos afetou a composição visual das páginas da Bíblia em dois sentidos principais: um vertical e outro horizontal. No primeiro, uma vez que cada pequeno trecho ganhara sua importância e necessitava ser destacado dos demais, houve uma separação na estrutura dos parágrafos de modo que cada verso começava em uma linha própria, mesmo que não correspondesse exatamente ao fim de uma narrativa.

No sentido horizontal, a influência trazida por essa divisão em versículos foi o estabelecimento definitivo da composição em duas colunas. Ainda que essa tradição remontasse aos manuscritos em rolos (cf. p.21), ela foi parcialmente mantida por muitos escribas e impressores ainda que, principalmente no caso desses últimos, não se justificasse, na medida em que não somente era mais trabalhoso como ocupava mais espaço na página exigindo uma redução cada vez maior no corpo das letras. A divisão em versículos, no entanto, obrigou o uso dessas colunas estreitas, uma vez



que as linhas, agora independentes, tenderiam a formar uma mancha gráfica tão desconfortável quanto desinteressante se dispostas em coluna única.

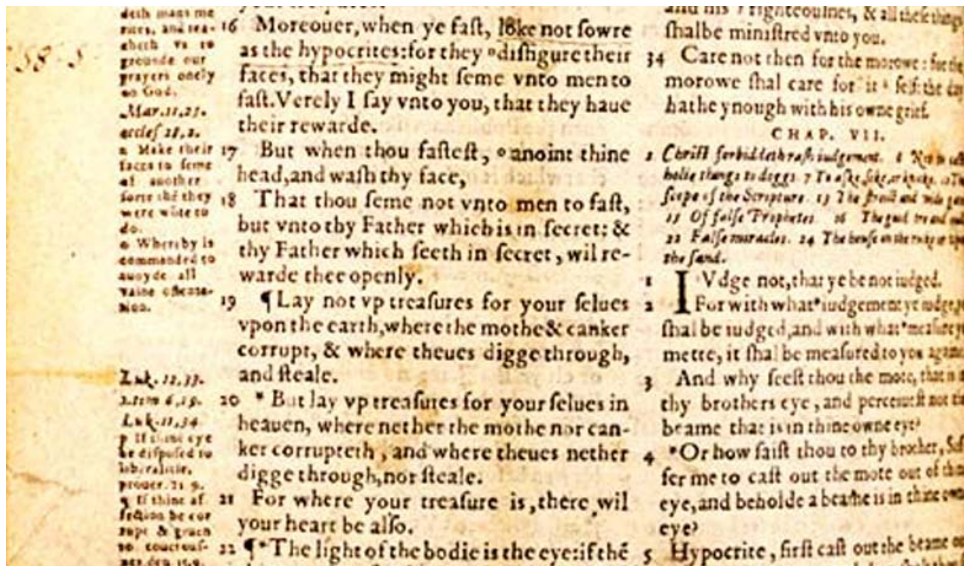


Figura 35 . Página de uma das mais influentes versões bíblicas do ocidente. A Bíblia de Genebra foi a primeira tradução inglesa a adotar o uso de versículo. Nota-se a separação vertical entre as frases. A abertura de um novo parágrafo era marcada por um sinal tipográfico, como o ¶.

A opção por colunas considera a divisão espacial da página fazendo com que mesmo os versos menores ocupem pelo menos duas linhas, dando a impressão de maior conteúdo. Outro fator importante nessa forma de diagramação recai sobre a leitura hipertextual, na medida em que todos os versos, diagramados lateralmente, ganham uma estrutura ainda mais independente, podendo-se relacionar tanto verticalmente quanto horizontalmente.

Outra importante contribuição trazida por Estienne foi a criação dos títulos capitulares que orientam o leitor na procura do texto Bíblico.

A “Bíblia do homem pobre” de Johannes Froben (Fig. 19), 1491 é a primeira edição impressa a apresentar um outro recurso gráfico que até hoje é usado nas mais simples edições da Bíblia Sagrada. As referências marginais são indicações de passagens com conteúdos relativos ao do trecho lido. Nota-se que as referências são feitas a partir de uma subdivisão capitular comum até então (A,B,C,D...), mas que ainda não alcançava a divisão de versículos posterior a Estienne.

O uso de referências marginais apresentava-se diferentemente das glosas que traziam os textos com as interpretações e análises feitas pelos editores. Seu uso esteve sempre presente nas Bíblias desde o princípio do Cristianismo e é indicador de uma prática exegética muito comum e importante para a compreensão da construção da narrativa hipertextual.

A premissa básica dessa religião é mais do que clara, ou seja, a fé na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, entendidas como a ação misericordiosa de Deus para a salvação de todas as almas do pecado original. Os textos que narram esses eventos e que sobre eles se sustentam foram os considerados sagrados e com autoridade para fazerem parte do Novo Testamento da Bíblia. Mesmo sendo esses os escritos que traziam as boas novas da religião que então surgia, seus seguidores optaram por não abandonar os escritos anteriores à vinda do Messias. Sua colocação como “Antigo Testamento” apenas atesta sua posição em relação à “nova” mensagem dos Evangelhos e à nova aliança (Testamento) feita com Deus.

A escolha feita pelos cristãos por manter, como integrantes do seu Livro sagrado, todos os livros da Tanak judaica não aconteceu sem debates e determinou um novo modo de olhar sobre aqueles livros. O que para os judeus representava um conjunto histórico da criação e libertação do seu povo finalizado com as profecias da chegada de um novo messias, era para os cristãos o atestado da divindade de Cristo. Assim, toda a leitura do Antigo Testamento passaria a ser feita sob a ótica da vida e obra de Jesus. Suas narrativas não seriam interpretadas somente por sua descrição literal, mas também através de uma leitura tipológica (também chamada de espiritual)<sup>44</sup> em que os eventos seriam símbolos que representavam o anúncio da trajetória cristã. O reverendo G. Lampe (1969, p.157, tradução nossa) afirma que:

Cristo era o cumprimento das promessas bíblicas. O modo desse cumprimento deveria ser entendido e comunicado em termos de profecias e tipos. No primeiro caso, as passagens das Escrituras eram tomadas para referir-se diretamente a Ele; havia uma imediata correlação entre a profecia e o cumprimento, tanto que o testemunho apostólico sobre Sua vida, morte e Ressurreição era uma asserção aberta após o evento, do qual os profetas de Israel já teriam declarado de forma misteriosa e oculta antes do tempo.

O autor continua explicando que:

A semelhança tipológica detectava e dava continuidade ao cumprimento do propósito divino nos eventos dos Evangelhos. Nelas os atos salvíficos de Deus nos tempos antigos deveriam ser recapitulados: Jesus atuou como um novo Moisés ou novo Elias; sua morte e Ressurreição seria um novo e grande Êxodo; suas tentações correlacionariam às provações de Israel no deserto, descritas no Deuteronômio. (LAMPE, 1969, p.157, tradução nossa)

---

<sup>44</sup> Esse tipo de leitura se subdividia ainda em outras três: a alegórica, a moral e a anagógica. A primeira relacionava os eventos do AT com a vida de Cristo. A leitura moral relacionava os passos de Cristo e suas mensagens à vida comum do fiel, enquanto a leitura anagógica relacionava à Igreja Triunfante, numa visão profética do futuro. (SMALLEY, 1969)



Esse modo de leitura foi a tônica que direcionaria não somente muitas das glosas produzidas, mas principalmente, as referências marginais, uma vez que a leitura paralela deveria relacionar tanto as passagens similares entre os Evangelhos, por exemplo, como aquelas que se relacionavam profeticamente ou tipologicamente.

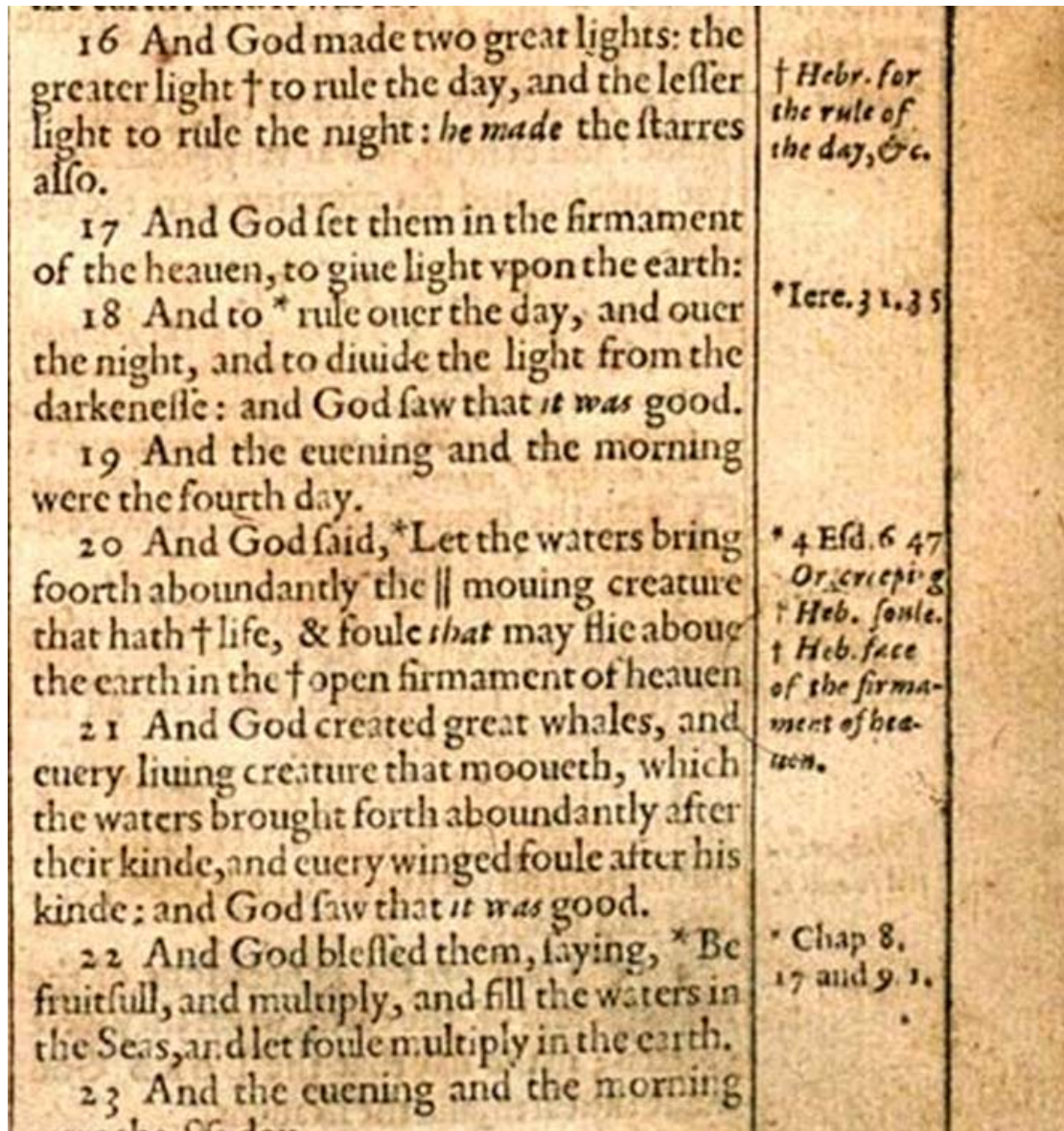


Figura 36 . Detalhe de uma página do Livro de Gênesis em inglês, com referências marginais. As indicações levam a outros livros tanto do AT quanto do NT. Elas podem referir-se a explicações, ocorrências duplas ou a leituras tipológicas do texto.

### 2.4.2.3. Outras Bíblias hipertextuais

Mesmo que todas essas ferramentas de referências e glosas facilitassem sobremaneira os estudos acadêmicos, ainda era exigido que os seus usuários tivessem o domínio da leitura que, embora simples, não era tão comum entre os leigos nos primeiros séculos da história da Bíblia. Um exemplo magnífico de como a Bíblia conseguiu chegar também a esse público, ao mesmo tempo em que trazia todo o aparato gráfico que permitia a hipertextualidade na sua estrutura exegetica, era a chamada “Bíblia dos Pobres”<sup>45</sup> ou *Biblia Pauperum* (Figura 37).

Já foi descrito que o povo encontrava muitas vezes nas pinturas, mosaicos e vitrais, assim como nos rituais litúrgicos, seu único contato com os textos das Escrituras Sagradas. O uso de imagens foi, por longos anos, o recurso mais eficaz para aqueles que não tinham o domínio da leitura escrita. A *Biblia Pauperum* demonstra como o uso de imagens poderia quase substituir totalmente a presença de textos na transmissão de suas mensagens. O que é bastante relevante é o fato de que isto era devido à leitura hipertextual.

Sua composição não era análoga às das demais edições bíblicas. Seu nome, na verdade, é um tanto impróprio, pois nem era Bíblia, nem dos pobres. Ela era, enfim, uma composição de passagens bíblicas selecionadas e apresentadas através de imagens de modo que sua composição se sustentava na leitura tipológica da Bíblia. Assim, uma imagem que ilustrava uma passagem do Evangelho era adornada por ilustrações de passagens análogas do Antigo Testamento. O uso de texto era comum, mas poderia ser dispensado para a leitura iconográfica.

Referências às primeiras *Biblia Pauperia* remontam a manuscritos do século XIII, mas foi por meio do desenvolvimento das técnicas de xilogravura, a partir do século XIV, que elas ganharam campo. O termo “Bíblia dos pobres”, segundo Corbett (1907) poderia ter surgido da idéia de que sua leitura através de imagens seria um mecanismo de acesso aos “pobres de educação” ou iletrados. Outra possibilidade descrita pelo autor é que talvez fosse um instrumento de instrução das ordens mendicantes. O fato é que, mesmo com a facilidade de acesso permitido por sua impressão, dificilmente, no período em que foi produzida, essa Bíblia poderia ser comprada por pessoas pobres economicamente.

---

<sup>45</sup> Não confundir com a “Bíblia do homem pobre” (Poor man’s Bible) de Johannes Froben (Figura 19).



Figura 37 . Página da *Biblia Pauperum* que narra a Ressurreição de Cristo como a vitória sobre o diabo e seus anjos (imagem central). À esquerda, a representação da vitória de David (do qual Jesus seria descendente) sobre o gigante Golias. À direita, a vitória de Sansão sobre o leão (figura do Diabo). Esse, como Jesus, foi traído por quem tanto amava.







Outros exemplos de Bíblia rica em recursos hipertextuais eram as versões políglotas. Realizada entre 1514 e 1517, a Poliglota Complutense (Figura 38) foi o primeiro exemplar impresso da categoria (REILLY, 1911). Apresentada em seis volumes (quatro para o AT, um para o NT e um para comentários), ela trazia os textos bíblicos em dois, três ou quatro idiomas paralelamente: o hebraico, o grego (Septuaginta), latim e aramaico. Sua origem recai sobre a necessidade eminente em sua época de comparar os textos bíblicos da Vulgata com os originais.

Apesar de todas as riquezas gráficas adquiridas ao longo de sua história, a Bíblia Sagrada encontraria nos anos seguintes um certo direcionamento à simplicidade gráfica. Alguns dos avanços mais notáveis no que se refere à hipertextualidade permaneceriam, mas cada vez ocupando espaços mais discretos. Ainda que notáveis exemplares impressos continuassem a surgir pontualmente, o impulso missionário de levar a Palavra de Deus a todos os povos, ocasionou uma produção mais intensa e ao mesmo tempo mais funcional em relação à apresentação visual dos textos sagrados. De fato, o surgimento, no século XVIII, das sociedades bíblicas – que tinham como intuito permitir o acesso às Escrituras a todas as pessoas – forçou a diminuição nos custos de produção, de modo a eliminar tudo que pudesse aumentar o número de textos e, conseqüentemente, tamanho e páginas. Apesar disso, mesmo as mais simples edições da Bíblia sempre cuidaram em deixar pequenas referências marginais que direcionavam o leitor ao mínimo de interpretação possível (ROGERSON, 2003).

Isso tudo estava ainda associado, pelo lado protestante, ao ascetismo crescente das doutrinas puritanas e pietistas que aboliram qualquer elemento que pudesse ser entendido como intermédio entre Deus e os homens, mesmo comentários acrescentados na sua Palavra escrita. Pelo lado católico, o controle intenso sobre a produção e o acesso sempre restrito aos leigos limitaram novos desenvolvimentos gráficos, ainda que, em suas Bíblias, houvesse espaço para o trabalho ornamental e ilustrativo vedado às versões protestantes.

Muitos dos elementos visuais que a Bíblia, tanto impressa quanto manuscrita, adotaria seriam comuns aos demais livros de sua época que contivessem as mesmas características funcionais. No entanto, enquanto a tecnologia gráfica se desenvolvia e novas linguagens visuais eram assimiladas pelas publicações seculares, a Bíblia Sagrada sustentaria por muitos séculos a imagem de livro antigo cada vez mais intocado em sua forma, a ponto de, em determinado momento histórico, sua visualidade se tornar quase que exclusiva e característica. Assim, sua forma, desde a encadernação até a composição tipográfica, seria índice de suas origens remotas aos primeiros anos da imprensa e dos manuscritos. Do mesmo modo, a idéia de autoria que surgiu e se difundiu no século XVIII, se tornando algo muito natural na idéia de livro atualmente, continuou, de certo modo, inadequada quanto à Bíblia. De um lado porque seriam vários e

anônimos aqueles que primeiro traçaram as linhas que comporiam as páginas sagradas, de outro, como preferem os cristãos, porque a autoria cabe exclusivamente a Deus.

O século XX, porém, veria um novo renascimento gráfico da Bíblia no momento em que o Cristianismo passasse a encarar seus desafios frente às novas filosofias modernas e, principalmente, às novas tecnologias de informação.

Da transmissão oral à imprensa moderna, a Bíblia desenvolveu uma forma peculiar de construir a narrativa que serviria para orientar e definir os contornos do Cristianismo. Certamente nunca passou pela mente daqueles que participaram das diferentes etapas desse processo que um dia essa forma de estrutura narrativa poderia ser relacionada ao que se entende atualmente por hipertextualidade. O fato é que desde a combinação de textos de origens e épocas diversas até os elementos gráficos para a leitura não-linear, sustentada pelas diversas correntes exegéticas, fazem com que seja possível afirmar que, como poucos exemplares impressos, a Bíblia é essencialmente hipertextual.

Essa afirmação, apesar de refletir uma impressão bastante clara baseada nos fatos apresentados, carece de maior sustentação teórica para que se possa, ao fim deste trabalho, defender a idéia de que essas características da hipertextualidade são o elemento-chave na adequação do Livro Sagrado ao ambiente digital. Desse modo, seguem no próximo capítulo algumas definições mais objetivas sobre a hipertextualidade relacionada à forma como se desenvolveu a estrutura narrativa da Bíblia.